

BÁRBARA CAROLINA MEDEIROS DE TOMPA

**OS SANDISNISTAS E SEU IDEÁRIO DE LIBERTAÇÃO
NACIONAL**

Universidade Federal de Minas Gerais
2011

Bárbara Carolina Medeiros de Tompa

**OS SANDISNISTAS E SEU IDEÁRIO DE LIBERTAÇÃO
NACIONAL**

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em História e Culturas
Políticas da Universidade Federal de
Minas Gerais.

Orientadora: Adriane Vidal Costa

Universidade Federal de Minas Gerais
2011

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a Beatriz, Letícia e Darcy.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao meu pai e minha mãe pelo apoio recebido em todas as minhas escolhas e pelo carinho ao longo da vida. O meu pai, Arpad, sempre contribuiu com leituras, revisão, impressão dos textos e todo o tipo de ajuda que eu lhe solicito. Também diversos favores em relação a este trabalho ou demais tarefas me fizeram e fazem Beatriz e Letícia cotidianamente, a elas, minhas irmãs, sou muitíssimo grata. Camila muito me escutou e incentivou durante a elaboração desta monografia. Também agradeço a minha avó Wilma por ter me presenteado com um instrumento muito útil para a realização deste.

Para além da família, o apoio dos amigos foi fundamental. Agradeço à Ludi, Charlie, Eurípedes e Fernanda pelas conversas de sempre. Também o Adolfo me ajudou bastante através de discussões sobre a América Latina e o empréstimo de textos. Agradeço especialmente ao Farley, sempre solícito na indicação e empréstimo de materiais e disposto a conversar sobre meus temas de pesquisa.

As reflexões sobre América Latina me fazem recordar do professor Ribas. Trata-se de uma figura inspiradora em relação a sua paixão pelos estudos de América Latina e a poesia de sua fala. Sou sempre grata à Carla Ferretti por ter sido quem me ensinou a redigir um trabalho de pesquisa e, juntamente com Elizabeth Parreiras, ter contribuído para minha concepção de História. Sou muitíssimo grata a minha orientadora, Adriane Vidal, primeiro pela clareza de suas aulas, depois por ter sido atenciosa, objetiva e crítica em relação ao meu trabalho. Agradeço-lhe por toda a ajuda recebida.

Finalmente eu gostaria de agradecer ao Emerson, pela presença, carinho e conversas sobre essa pesquisa e todos os outros tipos de inquietações. Além disso, lhe sou grata pelo filho que hoje espero e que certamente será a grande motivação e inspiração para meus futuros trabalhos.

EPÍGRAFE

*Aqui nesse barco
Ninguém quer a sua orientação
Não temos perspectivas
Mas o vento nos dá a direção
A vida que vai à deriva
É a nossa condução
Mas não seguimos à toa
Não seguimos à toa
Volte para o seu lar
Volte para lá
(Arnaldo Antunes)*

RESUMO

Um dos principais objetivos da Revolução Nicaragüense de 1979 foi conquistar a libertação nacional. Esse ideal que orientou a Frente Sandinista também esteve presente em vários movimentos revolucionários da América Latina durante o século XX, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Neste trabalho analisamos o conceito de libertação nacional vinculando-o a outros preceitos de liberdade que motivaram a Revolução Nicaragüense. Destacamos a libertação do povo frente a um regime político repressor e dos homens diante da opressão de classe. Assim, refletimos sobre a presença do ideal de libertação nacional no âmbito da Revolução Socialista tentada no subcontinente. Para tanto, analisamos a trajetória política da Frente Sandinista de Libertação Nacional, desde seu surgimento no início da década de 1960 até o momento da Revolução, através do estudo das suas diretrizes político-ideológicas e métodos da ação guerrilheira.

Palavras- chave: América Latina - Revolução Nicaragüense - Frente Sandinista de Libertação Nacional - Libertação Nacional

LISTA DE SIGLAS

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Frente Ampla de Oposição

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional

GPP – Guerra Popular Prolongada

MPU – Movimento Povo Unido

OEA – Organização dos Estados Americanos

TI – Tendência Insurrecional

TP – Tendência Proletária

UDEL – União Democrática de Libertação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - O Ideário de Libertação Nacional	10
1.1. Os Estados Unidos e a América Latina.....	13
1.2. Libertação Nacional e socialismo	16
CAPÍTULO II - Os Sandinistas	21
2.1. Sandino, o “General de homens livres”	22
2.2. A Frente Sandinista de Libertação Nacional.....	25
2.2.1. O surgimento da organização e alguns episódios da insurreição popular.....	25
CAPÍTULO III – Diretrizes político-ideológicas da Frente Sandinista de Libertação Nacional	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

Há um olhar sobre a realidade latino-americana, compartilhado por muitos grupos políticos – notadamente de esquerda – e certa historiografia, no qual a figura do dominador estrangeiro aparece como “um fantasma” que, de alguma maneira, atravança o desenvolvimento do continente. Após séculos de colonialismo, já conquistada a independência política, a dominação transmuta de forma e começa a exercer sua influência nos campos econômico e cultural: é a vez do imperialismo.

Romper com esse continuísmo da dominação externa – tido como responsável por grande parte das mazelas do continente – foi elemento fundamental da revolução idealizada pela esquerda latino-americana. O imperialismo, juntamente com a burguesia interna a ele associado, tornou-se o grande inimigo a quem os grupos revolucionários pretendiam combater, surgindo assim a questão da libertação nacional. Este é fundamentalmente o objetivo desse trabalho: discutir o tema da libertação nacional e como ele se insere na revolução latino-americana, mais especificamente na Frente Sandinista de Libertação Nacional, através de sua ideologia, proposta e trajetória política. Para além da libertação nacional, buscamos analisar outros tipos de libertação presentes no discurso da FSLN tal como a libertação da exploração entre os homens e de um governo autoritário que mantinha o sistema, que, ao nosso ver, acabam se relacionando com o próprio ideário de libertação nacional.

O corte temporal da pesquisa obedeceu, portanto, ao período que vai do surgimento da Frente Sandinista de Libertação Nacional, isto é, início da década de 1960, até 1979, ano da vitória da Revolução. Nosso objetivo é analisar o ideário da Frente Sandinista e não todo o processo revolucionário que abrange o decênio seguinte, portanto este estudo não abordará os desafios e problemas enfrentados na Nicarágua após essa data, nem mesmo a derrocada dos sandinistas do poder em 1990.

O desenvolvimento da pesquisa contou com fontes primárias e secundárias. No entanto, cabe ressaltar que a bibliografia sobre a revolução sandinista que nos chega é escassa e ainda mais raros são os documentos relacionados a ela disponíveis no nosso país. Dessa maneira, além da literatura específica sobre a Revolução Nicaragüense, buscamos outras que circundam o tema da pesquisa. A discussão sobre imperialismo se deu através de autores como Vladimir Lênin, Marc Ferro, Hannah Arendt, Sérgio Pistonni, Luiz Fernando Ayerbe e Pablo González Casanova. Este último foi especialmente recorrido para se pensar o imperialismo e a libertação nacional na América Latina. A reflexão sobre os conceitos de liberdade e libertação serviu-se de escritores como: Philip Pettit, Gerd Bornhiem, Carlos Marés, Felix Oppenheim e Francis Wolff. Para empregar conceitualmente a América Latina e a questão nacional utilizamos os seguintes autores: Túlio

Halperín Donghi, Kátia Baggio, Octavio Ianni e Octavio Paz. A discussão entre o vínculo entre essas temáticas e socialismo valeu-se de textos de Albert-Paul Lentin, Jorge Castañeda, José Aricó, Juan Carlos Portantiero e Eric Hobsbawm. Os estudos específicos sobre a Nicarágua contaram com os seguintes autores: Gregório Selser, Matilde Zimmermann, Emir Sader, Mario Salazar Valiente, Amaru Portocarreno, Daniel Van Eeuwen e Carlos Vilas.

Quanto às fontes primárias, utilizamos a obra organizada por Gabrielle Invernizze, Jesus Ceberio e Francis Pisani – um compilado de entrevistas realizadas com os sandinistas Bayardo Arce, Humberto Ortega e Jaime Wheelock. A editora *La Oveja Negra* organizou em junho de 1979 um livro que conta com vários textos sobre a situação política nicaragüense daquele contexto, testemunhos da população das principais cidades insurgentes, entrevistas com os militantes da Frente, uma crônica de Gabriel García Márquez sobre o assalto sandinista ao Palácio Nacional de Manágua em 1978 e o Programa Sandinista produzido naquele mesmo ano. Essa obra foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Utilizamos também outros textos avulsos produzidos pela Frente Sandinista de Libertação Nacional. Além desses, trabalhamos com os manifestos de Augusto César Sandino publicados na livro de Gregório Selser.

No primeiro capítulo, *O ideário de libertação nacional*, discutimos os conceitos de América Latina, imperialismo, libertação e, finalmente, libertação nacional. Abordamos as relações estabelecidas entre os Estados Unidos e a América Latina a partir dos fins do século XIX e, posteriormente, refletimos sobre o vínculo criado, no âmbito da esquerda, entre os ideais de libertação nacional e socialismo.

No segundo capítulo, intitulado *Sandinistas*, apresentamos inicialmente uma síntese da trajetória política de Augusto César Sandino – grande inspirador da Revolução de 1979 – e do contexto político vivido pela Nicarágua entre os fins da década de 1920 ao início da década seguinte, respeitando assim os anos nos quais lutou Sandino. Em seguida, discorreremos sobre o surgimento da Frente Sandinista de Libertação Nacional e narramos os principais episódios vivenciados pelos guerrilheiros até a eclosão da Revolução em 1979. Nesse percurso, buscamos retratar aspectos da realidade social vivenciada pela Nicarágua durante esses anos.

No último capítulo, chamado *Diretrizes político-ideológicas da Frente Sandinista de Libertação Nacional*, fazemos um apanhado geral das inspirações, ideologia e propostas políticas do movimento. A análise tem como foco os tipos de libertação que orientaram aquela insurgência popular.

Assim, através de estudos teóricos e análise de textos primários, instrumentalizamos uma pesquisa introdutória sobre a questão da libertação nacional na América Latina e a incorporação desse ideal no âmbito da esquerda política. O tema foi discutido através do estudo da Revolução Nicaragüense, que agora se apresenta.

CAPÍTULO I

O ideário de libertação nacional

As lutas por libertação manifestaram-se constantemente na história dos povos latino-americanos. A presença do invasor, de uma dominação externa motivou inúmeras batalhas relacionadas à conquista de uma emancipação efetiva, que não fosse apenas nominalmente política, mas também econômica e cultural. Da condição de colônia à contemporaneidade, no meio de diversos grupos, correntes ou sujeitos sociais, discutem-se projetos de Estado e de constituição das nações através desse foco. Também a esquerda política se apropriou da “libertação nacional” relacionando-a à libertação social. A Revolução Nicaragüense, de 1979, foi um exemplo da persistência desses propósitos.

O que se pretende nesse trabalho é pensar o conceito de libertação nacional através do pensamento e luta política da esquerda latino-americana, analisando-o sob o ponto de vista da esquerda guerrilheira, através do caso da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Dessa maneira, analisaremos o projeto político desenvolvido pela Frente, tendo em vista a questão da libertação nacional e outros preceitos de liberdade tidos como princípios dessa insurgência popular. De uma maneira mais ampla, refletiremos sobre a possibilidade de tal conceito ser um componente de uma cultura política de esquerda que se forjou na América Latina.

Antes de prosseguir, é conveniente explicitar alguns conceitos. O termo América Latina será usado compreendendo os países do continente que falam línguas latinas e as ilhas do Caribe, tal como o faz Octavio Ianni (1993). O debate sobre o emprego de “América Latina” é sempre revivido, mostrando-se inacabado. Questiona-se a possibilidade de falar por um todo, mesmo diante das particularidades locais. Porém, como argumenta Tulio Halperín Donghi (1977, p. 7), também no interior dos próprios Estados existem multiplicidades ocasionadas pela história complexa ou mesmo pela geografia atordoada, o que também nos permitiria falar em Méxicos ou Guatemalas. A História neste continente e nas ilhas do Caribe caminhou de uma maneira que nos permite fazer aproximações, sendo que diversos momentos decisivos, como o da dominação, das lutas pela independência, ditaduras militares, ocorreram, em vários países, em conjunturas históricas semelhantes. Além disso, problemas relativos à estrutura agrária, as oligarquias, exploração da mão-de-obra, autoritarismo, desigualdade social ocorrem, certamente em graus diferentes, em todos os países da América Latina. Mas isso não quer dizer que as especificidades locais não mereçam ser consideradas. O desafio é pensar as partes e o todo.

Segundo a definição de Octavio Ianni: “A nação pode ser vista como uma configuração

histórico-social em que se organizam, sintetizam e desenvolvem as forças sociais, atividades econômicas, arranjos políticos, produções culturais, multiplicidades raciais.” (1993, p.40). De acordo com o autor, a nação não é algo acabado, é processo, e na América Latina a questão nacional é sempre reaberta:

A questão nacional está na base de algumas lutas e controvérsias fundamentais dos países da América Latina. Em diferentes épocas, principalmente em conjunturas críticas mais profundas, reabre-se a problemática nacional. Alguns dos principais temas da história e do pensamento latino-americanos põem em causa as origens, transformações, crises e dilemas da sociedade nacional, do estado-nação. (IANNI, 1993, p. 40)

A literatura encontrada sobre a libertação nacional provém, em grande parte, do contexto em que as lutas orientadas nesse sentido manifestaram-se com grande intensidade, e seus autores são em sua maioria sujeitos engajados nesse processo. A produção data principalmente das décadas de 1960 e 1970, quando movimentos de descolonização, na África, por exemplo, estavam em grande vigor e o movimento comunista se entranhava nesse processo. Também pertence à esquerda política a maior parte da bibliografia disponível sobre as teorias e lutas desempenhadas por ela própria.

No pós-guerra o termo libertação nacional passou a ser amplamente utilizado, fazendo com que seu significado fizesse parte de um senso comum. Apesar disso, ou mesmo por esse próprio motivo, não é tarefa fácil encontrar quem explicita o conceito. Ele se tornou bandeira de inúmeros movimentos e mesmo parte do nome daqueles relacionados às lutas anticoloniais e antiimperialistas que se desenvolveram em determinado momento histórico.

“Libertação”, de acordo com o Dicionário de Filosofia organizado por J. Ferrater Mora, é relacionado ao conceito de liberdade negativa. A distinção entre liberdade positiva e negativa vem de uma tradição do século XVIII, que Isaiah Berlin (1958) tornou célebre. Segundo Philip Pettit:

La libertad negativa, según la concibe Berlin, entraña la ausencia de interferencia, entendiendo por interferencia una intervención más o menos intencional de un tipo que muy bien se podrían ilustrar, no sólo la mera coerción física del secuestro o el encarcelamiento, sino también la coerción de la amenaza creíble. [...] Yo soy libre negativamente “ hasta el punto em que ningún ser humano interfiere en mi actividad” (BERLIN 1958 *apud* PETTIT, 1997, p. 35)

A liberdade positiva, por sua vez,

[...] requiere más que la ausencia de interferencia, más que ser meramente dejado en paz por los demás. Requiere que los agentes tomen parte activa en el control y el dominio de sí propios: el yo com el que ellos se identifican tiene que tomar a su cargo los yoes menores o parciales que acechan dentro de cada individuo. Yo soy positivamente libre en la medida en que consigo el “autodominio, lo que sugiere un hombre dividido y contrapuesto a sí mismo.” (BERLIN 1958 *apud* PETTIT, 1997, p. 35)

Nesse sentido, a liberdade negativa a que se refere Mora trata de “um movimento rumo à aquisição de liberdade diante de algum gênero de coação, seja a que um semelhante possa exercer ou a que possa derivar-se de algum fenômeno mais ou menos impessoal.” (2001, p. 1743). Assim, de acordo com tais formulações, os povos que lutaram por emancipação desejavam, inicialmente, por fim ao domínio externo, ao jugo estrangeiro, para daí então terem a possibilidade de recriarem a

nação de acordo com um projeto próprio.

Para compreender melhor o significado e o sentido do termo libertação nacional na América Latina, é preciso discutir o conceito de imperialismo. Sérgio Pistone, no Dicionário de Política organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2007, p. 611), define imperialismo como a “expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas análogos, da área territorial da sua influência ou poder direto, e formas de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjogados, geralmente conexas com tais fenômenos”; e coloca que os fenômenos usualmente ligados ao imperialismo se manifestaram em vários momentos da história. Porém, o termo começa a ser empregado no final do século XIX, para referir-se aos fenômenos vividos naquele período marcado “[...] por uma especial intensidade e qualidade dos fenômenos imperialistas.” Já Hannah Arendt nos apresenta uma definição que particulariza o imperialismo moderno:

Porque foi só a partir de 1884 que o imperialismo – surgido do colonialismo e gerado pela incompatibilidade do sistema de Estados nacionais com o desenvolvimento econômico e industrial do último terço do século XIX – iniciou a sua política de expansão por amor à expansão, e esse novo tipo de política expansionista diferia tanto das conquistas de característica nacional, antes levadas adiante por meio de guerras fronteiriças, quanto diferia da política imperialista da verdadeira formação de impérios, ao estilo de Roma. (2006, p. 147)

Também Vladimir Lênin – autor clássico em meio as discussões sobre o tema, principalmente entre as esquerdas – considera que o colonialismo e o imperialismo já existiam desde o tempo dos grandes impérios, no entanto é a característica monopolista do capitalismo que intensifica e particulariza essas políticas. Lênin (1982, p. 75-76) prefere relacionar o período de passagem do capitalismo de livre concorrência ao capitalismo monopolista, isto é, financeiro, ao recrudescimento da partilha do mundo entre as grandes potências. Inaugura-se, portanto, a partir dos fins do século XIX, uma fase original da política colonial estritamente relacionada à fase do capital estrangeiro. Segundo Lênin:

O capital financeiro é um fator, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política. [...] Porém, naturalmente aquilo que dá ao capital financeiro as maiores “comodidades” e as maiores vantagens é uma submissão *tal*, que implica, para os países e povos em causa a perda de sua independência política. (LÊNIN, 1982, p. 81) (grifos do autor)

Marc Ferro (1996, p. 30-31), por sua vez, questiona se as rupturas ocorridas no decorrer do processo histórico marcariam a distinção entre colonialismo, ocorrido a partir do século XV, e imperialismo do XIX, tornando tênue a barreira que separa os dois fenômenos. O autor destaca que fatores como a ânsia pela expansão, a disputa com outras potências, o ímpeto civilizatório: “o argumento humanitário, que obriga “as raças superiores” a cumprirem seu dever para com as “raças inferiores” ainda afastadas do caminho do progresso”, a busca por mercados e matérias primas, seriam comuns aos dois processos. Dessa forma, o imperialismo seria uma “retomada colonial”

ocorrida a partir do século XIX.

No entanto, ele ressalta algumas diferenças ocorridas nesses processos. Ao contrário do colonialismo, o imperialismo teria obtido aprovação da opinião pública, e cita como exemplo o caso inglês, no qual

o slogan imperialista teve sucesso, sem dúvida porque propiciava vantagens a toda uma série de grupos de interesses, e em particular uma tarifa alfandegária que protegia todos aqueles industriais ameaçados pela política de dumping dos exportadores alemães. Mas também teve sucesso porque afagava o amor-próprio e o orgulho dos que nada possuíam. (FERRO, 1996, p. 32)

Além disso, a partir da Revolução Industrial, ao relacionar-se com o capital financeiro, o imperialismo promoveu profundas mudanças estruturais, aumentando o grau de dominação. Também se propagou, em maior intensidade, a convicção da existência de uma cultura superior, a quem caberia, através da técnica e da ciência, fazer progredir os povos subjugados (FERRO, 1996, p. 39).

Para Ferro (1996, p. 38) diferentes formas de dominação ocorreram e muitas vezes se sobrepuseram. Assim, ele estabelece a divisão entre “colonização de tipo antigo”, expansionista, realizada num estágio de livre desenvolvimento capitalista; “colonização de tipo novo”, ligada à Revolução Industrial e ao capital financeiro e, finalmente, o “imperialismo sem colonização” que na América Latina ocorreu após os movimentos de independência. Mesmo depois dos processos de descolonização, vivenciados na América Latina e posteriormente em África e Ásia, sobrevive, mesmo que sob formas variadas, o neocolonialismo, que seria um imperialismo sem colonos, fazendo subsistir colônias sem bandeira.

1.1. Os Estados Unidos e a América Latina

Em meados do século XIX, quando nem mesmo eram colhidos os frutos da emancipação (DONGHI, 1975, p. 124), inicia-se o processo que nos levaria ao “neocolonialismo” ou, como preferem muitos, ao imperialismo. O mundo vivia um processo de grandes transformações tecnológicas, que encurtaram a distância entre a Europa e o Novo Mundo. A emancipação, bem como a tecnologia naval, permitiram uma ampliação das trocas comerciais entre os continentes, e, nesse contexto de construção dos Estados nacionais na América Latina, as elites viram no capital externo a fonte fundamental para a expansão econômica do continente.

Aparecem então os empréstimos estrangeiros para financiar o investimento de capitais nos novos Estados. Esses eram provenientes, na maioria das vezes, do capital inglês. Donghi, referindo-se a esse contexto, coloca:

Os empréstimos baseiam-se numa perspectiva do futuro da América Latina, segundo a qual

a constante expansão econômica resolverá o problema do endividamento e os próprios empréstimos contribuirão para reforçar essa perspectiva. Na realidade, o problema do endividamento resolve-se a seu modo, isto é, contraindo-se novos empréstimos no exterior a fim de pagar os juros dos velhos débitos, enquanto a expansão econômica está bem longe de desenvolver-se de modo constante. (1975, p. 127)

Entra-se, portanto, num ciclo vicioso no qual acaba por imperar a dependência econômica. Esta, por sua vez, recria as bases para uma dependência política. Alteram-se os produtos do intercâmbio comercial, mas a natureza da troca (matéria-prima por produtos manufaturados) permanece, e o papel da América Latina como exportadora de produtos primários na divisão internacional do trabalho é reafirmada. É ainda Donghi quem nos diz:

Esse processo é característico da fase histórica da América Latina que se inicia em meados do século passado: chega-se finalmente à instituição, até agora retardada, de um **novo pacto colonial**, que, como vimos, havia sido para alguns grupos sociais o significado concreto da emancipação da Espanha e de Portugal. Esse novo pacto transforma a América Latina em produtora de matérias-primas para os centros da nova economia industrial e de gêneros alimentícios para os países metropolitanos; além disso, atribui ao continente a função de consumidor dos produtos industriais daquelas zonas, o que traz consigo uma transformação, vinculada parcialmente com a estrutura produtiva metropolitana. (1975, p. 128) (*grifos nossos*)

A hegemonia em assuntos econômicos na região pertencia à Grã-Bretanha, mas isso não quer dizer que outras potências também não tentassem exercer a sua influência. Também a França, como no caso da invasão do México, e a Espanha, intervieram nos novos Estados latino-americanos. E ainda em meados do século XIX, os Estados Unidos começam a mostrar sua pretensão de inserir os territórios de língua espanhola até o Panamá em seu domínio, disputando com a Grã-Bretanha a região da América Central (DONGHI, 1975, p. 135). Ambos os países já tinham em vista a construção de um canal no istmo que ligasse os oceanos Pacífico e Atlântico, e, para além dessa importância mercantil, o centro do continente mostrava-se fundamental para o ponto de vista estratégico dos Estados Unidos.

Em fins do século, o país norte-americano aparece como potência industrial, cujo poder ascende de maneira acelerada. Segundo Luiz Fernando Ayerbe:

Nos Estados Unidos, o fim da guerra civil, em 1865, representou o início de um processo de grande expansão econômica. Ao final do século XIX, o país já ultrapassava em desenvolvimento industrial a Inglaterra e Alemanha, com uma economia altamente concentrada e de grande potencial de competição no mercado industrial. (2004, p.22)

Em consonância a esse fato, os Estados Unidos ampliam seu domínio sobre o restante da América Latina, que já era considerada área de sua influência. Cabe lembrar que as últimas décadas do século XIX também foram marcadas pela consolidação do imperialismo em âmbito mundial (ARENDR, 2006, p. 147), com predominância do capital monopolista.

Data de 1823 a Doutrina Monroe, primeira ação a sinalizar a preocupação norte-americana com a América Latina, mantendo-a afastada do interesse das potências européias. Porém, como

coloca Ayerbe (2004, p. 42), a Doutrina apenas inauguraria a política externa dos Estados Unidos em relação aos povos latino-americanos, cujos delineamentos acompanharam as relações no decorrer do século XIX e boa parte do XX. Ainda de acordo com o autor, a Doutrina nunca foi formalmente abandonada pelos governos norte-americanos que se sucederam, mas a sua “invocação explícita” fica delimitada entre 1823 e 1904, período em que são formulados seus cinco corolários. Cabe transcrever parte do quinto que diz respeito ao direito exclusivo de intervenção sobre o subcontinente e o Caribe:

Nossos interesses e dos nossos vizinhos do Sul são em realidade os mesmos. Eles possuem riquezas naturais, e se dentro de seus limites o reino da lei e da justiça é alcançado, então é certo que a prosperidade virá junto. Enquanto obedecem assim às leis primárias da sociedade civilizada podem eles ficar tranqüilos e certos de que serão por nós tratados num clima de simpatia cordial e proveitosa. Eles só merecerão a nossa interferência em último caso, e então apenas se for constatado claramente que sua inabilidade ou fraqueza para executar a justiça em casa e no exterior tenha violado os direitos dos Estados Unidos ou incitado a agressão estrangeira em detrimento do conjunto das nações americanas. (MORRIS, 1956 *apud* AYERBE, 2004, p. 43)

Em 1890, José Martí publica um artigo sobre a realização da Conferência Internacional Americana, e nele comenta:

[Os Estados Unidos] acreditam na necessidade, no direito bárbaro, como único direito: “isto será nosso, porque dele necessitamos”. Acreditam na superioridade incontrastável da “raça anglo-saxônica contra a raça latina”. Acreditam na baixeza da raça negra, que escravizaram ontem e humilham hoje, e da indígena, que exterminam. Acreditam que os povos hispano-americanos são formados, principalmente, de índios e negros. Enquanto os Estados Unidos não saibam mais de hispano-américa e a respeitem mais...podem os Estados Unidos convidar a hispano-américa a uma união sincera e útil para a hispano-américa? Convêm à hispano-américa a união política e econômica com os Estados Unidos? (MARTÍ, 1975 *apud* AYERBE, 2004, p. 25)

Não sendo firmados os acordos diplomáticos desejados pelos Estados Unidos, o país prossegue com as invasões realizadas pela força naval. Assim, o início do século XX é marcado por várias intervenções, principalmente na região do Caribe e América Central, em países como República Dominicana, Cuba, Honduras, Nicarágua, Panamá e Porto Rico (GONZÁLEZ CASANOVA, 1987, p.17). Sobre esse contexto, afirma Gregório Selser:

A diplomacia do dólar e a diplomacia do garrote – as quais será acrescentada mais tarde a designação “Gunboat Diplomacy”, ou diplomacia dos canhoneiros de desembarque –, uniram-se para impedir que algum poder europeu ou asiático se localize no território do istmo centro-americano ou nas suas adjacências, as ilhas do Caribe conhecidas como “Banana Republics”. O Caribe se transforma em lago norte-americano, o “Mediterrâneo da América”, o “Mare Nostrum dos Estados Unidos. (1979, p. 10 – 11)

De acordo com Pablo González Casanova (1987, p. 16-31), a expansão marítima e ocupação militar marcam o primeiro período (1880 - 1933) de intervenção do imperialismo norte-americano na América Latina. A intervenção nesse período foi, portanto, mais direta. O segundo período (1934-1959) foi caracterizado pela penetração pacífica através de ideologias como o pan-americanismo, solidariedade hemisférica e política de boa-vizinhança. E o terceiro período, de 1959 até a década de 1980, foi marcado pela necessidade de ação contra-revolucionária das classes

dominantes no campo ideológico, político, cultural, militar e econômico.

Para González Casanova (1987, p. 31), este último momento é contraditório, pois os Estados Unidos ao mesmo tempo que oficialmente adotam uma postura de repúdio aos governos repressivos, apoiam a instauração de regimes militares em diversos países do subcontinente nos quais se percebia qualquer “ameaça” de uma revolução comunista. Mesmo que essa ameaça se tratasse apenas de reformas de cunho progressista.

1.2. Libertação nacional e socialismo

O propósito de livrar a nação do domínio estrangeiro não foi privilégio da esquerda, e nem mesmo se iniciou com ela. O movimento nacionalista transcende o comunista, em termos, inclusive, de espaço temporal e número de movimentos, tanto de esquerda como de direita, orientados pela valorização e engrandecimento da nação. No entanto, em determinados casos as culturas políticas nacionalista e comunista podem imiscuir-se, mesmo com o caráter internacionalista da segunda.

Para Jorge Castañeda (1994, p. 230), a esquerda latino-americana já nasce seguindo a orientação nacionalista. O nacionalismo já seria um forte componente do “imaginário social” do continente, mas a esquerda, exasperada pelo destino da região, o toma como princípio. Surge uma identificação entre “povo” e “nação” e a ideia de que esta nunca havia pertencido ao povo. Segundo o autor:

O primeiro termo [povo] ilustra certa idéia dos “pobres”, mal nascidos, proscritos e de pele escura. Os indigentes e excluídos da sociedade formam o povo e, portanto, a “verdadeira nação” ou sua alma. A elite rica, branca e educada, não; eles são o “outro”, o traço definidor de uma nação diferente. (CASTAÑEDA, 1994, p. 234)

A elite representava nesse sentido a continuidade do processo colonial realizado por mãos estrangeiras, era historicamente a beneficiária desse processo, e, além disso, continuava associando-se aos negociantes de fora. O nacionalismo esquerdista surge, pois, dessa identificação. Ainda de acordo com Jorge Castañeda: “Para os que defendem mudanças sociais, econômicas e políticas, e detectam no exterior a causa original do *status quo* e o principal obstáculo a essa transformação, as lutas pela mudança e pela autonomia são uma só.” (CASTAÑEDA, 1994, p. 234-236)

Pablo González Casanova (1987, p. 44-47), da mesma forma que propõe uma divisão por períodos de intervenção do imperialismo no continente, estabelece uma divisão das etapas vivenciadas pelas lutas por libertação. Mas antes de darmos seqüência ao pensamento do autor, cabe apresentar uma definição para essas lutas.

Libertação nacional é o ato ou movimento que busca libertar os povos ou nações do domínio estrangeiro. Termo aplicado especialmente para designar os movimentos políticos ocorridos a partir de meados do século XX. Libertação nacional refere-se, portanto, à luta contra a dominação

imperialista, seja contra o imperialismo de dominação direta, também chamado de colonialismo, ou aquele de dominação indireta, o neocolonialismo. Dessa maneira, a libertação nacional tem como objetivo a conquista da completa independência política das nações.

Dessa maneira, segundo González Casanova (1987, p. 44-47), ao longo da história, considerando 1880 o início da primeira etapa, as lutas não tiveram, obviamente, os mesmos atores sociais, nem a mesma configuração das forças. A reação foi inicialmente dirigida pela pequena burguesia e por caudilhos mais ou menos próximos às oligarquias, já que os anarquistas e socialistas não tinham as condições para orientá-la. José Martí (1853-1895) teria sido o ideólogo e líder mais notável desse primeiro momento de lutas, permanecendo como “[...] um legado da cultura anticolonialista e antiimperialista”. Muitas décadas depois, ele retornaria como “autor intelectual da Revolução Cubana” e inspiraria ainda os demais processos revolucionários que se seguiram, inclusive a Revolução Nicaragüense. (GONZÁLEZ CASANOVA, 1987, p. 46)

Foi a partir da Segunda Internacional que começou a discussão dentro do universo comunista europeu sobre problema do colonialismo. Porém, de acordo com Marc Ferro (1996, p. 207), a Segunda Internacional teria abordado a questão apenas “de perfil”. Segundo ele, isso se deveu ao fato de que lutar contra a expansão imperialista seria lutar contra os interesses das classes ascendentes, isto é, os industriais e os próprios proletários.

Mas foi a Terceira Internacional que veio abordar a América Latina. Nesse momento se destacaram as teses leninistas que reconheciam a especificidade da natureza dos processos revolucionários levados a cabo nos países dependentes e coloniais e atribuíam papel fundamental a essas lutas no processo revolucionário mundial, sem subordiná-las à vitória do proletariado europeu (ARICÓ, 1987, p. 437). Data desse contexto a formação de vários partidos comunistas na América Latina que passaram a seguir as diretrizes da Internacional Comunista. No entanto, a questão da especificidade das teorias e da práxis sempre foi um problema para o marxismo que se desenvolvia no continente. Era impossível criar na América Latina as mesmas condições objetivas que havia na Europa. José Carlos Mariátegui foi quem atribuiu originalidade ao marxismo latino-americano, reconhecendo a diversidade existente na realidade aqui vivida. Em seu pensamento se destaca a impossibilidade (no caso peruano) da economia pré-capitalista se libertar sob o regime burguês: “A emancipação econômica do país só é possível pela ação das massas proletárias. Só a ação proletária pode estimular primeiro e realizar depois as tarefas da revolução democrática-burguesa, que o regime burguês é incompetente para desenvolver e cumprir.” (MARIÁTEGUI, 1974, p.77). Além disso, ele vê nas sociedades pré-colombianas, e cita o exemplo da incaica, o espírito de cooperação fundamental para o socialismo. E assim o indígena tem papel fundamental na revolução e na construção de uma nova sociedade. Segundo José Aricó:

Mariátegui realiza uma tentativa inédita de transformar o socialismo na expressão própria e original de classes subalternas em sua luta para conquistar a autonomia histórica. A esperança numa transformação revolucionária, que no mundo indígena aparecia como o prolongamento de um passado de grandeza, sintetizada na ideia de socialismo, podia transformar-se no mito capaz de dar vida a um grande movimento popular. (1987, p. 457-458)

A década de 1920 foi rica em termos de nacionalismo e luta contra o imperialismo e as oligarquias fundiárias (ARICÓ, 1987, p. 439). Já o período compreendido entre os anos 30 e o fim dos 50 é caracterizado por González Casanova (1987, p. 143) como um momento em que “[...] as organizações de massa propuseram-se projetos confinados aos limites do capitalismo.”. A década de 1960 viria inaugurar uma nova etapa de combatividade dos grupos socialistas e de renovação do pensamento inspirado no marxismo.

Nos anos 1960 culminam as guerras por libertação na África e na América Latina. A partir de 1961 a liderança da Revolução Cubana assume publicamente seu caráter socialista, e o triunfo do movimento passa a inspirar uma série de grupos guerrilheiros no continente. Não seria exagero colocar a Revolução Cubana como um marco na história latino-americana e, principalmente, da história do socialismo intentado no subcontinente. Os jovens da Sierra Maestra desafiaram o poderio norte-americano em plena Guerra Fria e obtiveram sucesso, abrindo a possibilidade de se criar uma nova sociedade fora do ciclo de dependência, atraso, dominação oligárquica e exploração exercida entre as classes. E, nesse sentido, as teorias formuladas por Ernesto Che Guevara influenciam de maneira preponderante a esquerda revolucionária, principalmente na América Latina.

Essa concomitância dos movimentos de libertação nacional leva a uma identificação primeiro entre África e Ásia, e num momento posterior à experiência cubana, também a América Latina. Em 1957 é criada a Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA) e em 1960 Fidel Castro manifesta seu desejo de criar uma organização que discuta e colabore com a luta dos três continentes acossados pelo imperialismo, propondo assim uma Conferência que depois se reconheceria como dos “três A” (África, Ásia e América Latina). No Cairo, numa reunião do comitê preparatório da Conferência Tricontinental, Mehdi Ben Barka apresenta um documento que afirma:

Os povos do Terceiro Mundo que, durante séculos, sofreram exploração e a humilhação, e que foram condenados ao atraso econômico e cultural, possuem, entretanto, grandes recursos não explorados que apenas serviram, até o presente, para facilitar o bem estar e a opulência dos imperialistas exploradores, de uma minoria privilegiada. Estamos resolvidos a colocar um fim a essas anomalias que encontram-se na origem das numerosas desgraças infligidas à humanidade. Não há força maior que a dos povos quando se decidem a ser livres e independentes e obter a paz. (BARKA, 1965 *apud* LENTIN 1977, p 52)

Mesmo que grande parte dos movimentos orientados pela ideia de libertação nacional em África e Ásia tenham optado pela política de não-alinhamento naqueles anos de Guerra Fria, e a própria União Soviética não adotasse uma política de estimular a expansão do “socialismo” pelo mundo (HOBSBAWM, 2008), os países de Terceiro Mundo acabam por se identificar com a luta antiimperialista (LENTIN, 1977, p. 50) e com a opção socialista. Há então uma associação entre antiimperialismo e revolução social. No Seminário Econômico de Solidariedade Afro-asiática, colocou Ernesto Guevara:

A luta contra o imperialismo, para nos libertarmos dos entraves coloniais ou neo-coloniais, que se leva a efeito por meio das armas políticas, das armas de fogo ou por combinação de ambas, não está sujeita à luta contra o atraso e a pobreza; ambas são etapas de um mesmo caminho que conduz à criação de uma sociedade simultaneamente nova, rica e justa. É imperioso obter o poder político e liquidar as classes opressoras, mas, depois, há que enfrentar a segunda etapa da luta que adquire sem dúvida características mais difíceis que a anterior. (1980, p. 71-72)

Dessa maneira, como se considera o imperialismo – seguindo as proposições de Lênin – a última etapa do capitalismo, torna-se necessário combatê-lo a nível mundial, através do internacionalismo proletário e da associação entre os povos subjugados e os países socialistas (GUEVARA, 1980, p. 72). Ainda segundo o revolucionário argentino:

A participação que cabe a nós, os explorados e atrasados do mundo, é a de eliminar as bases de sustentação do imperialismo: os nossos povos oprimidos, de onde sugam os capitais, matérias-primas, técnicos e mão-de-obra barata e para onde exportam novos capitais – instrumentos de domínio – armas e toda a espécie de artigos, nos submetendo a uma dependência absoluta. O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, a libertação real dos povos; libertação que se produzirá através da luta armada, na maioria dos casos, e que terá, na América, quase infalivelmente, a propriedade de se converter numa revolução socialista. (GUEVARA, 1980, p. 121-122)

Eric Hobsbawm coloca que a partir desse contexto toda a esperança daqueles que acreditavam na revolução mundial é transferida para o Terceiro Mundo. De acordo com o autor:

Como quer que interpretemos as mudanças no Terceiro Mundo e sua gradual decomposição e fissão, em seu todo ele diferia do Primeiro Mundo em um aspecto fundamental. **Formava uma zona mundial de revolução – recém-realizada, iminente ou possível.** O Primeiro Mundo era, de longe, política e socialmente estável quando começara a Guerra Fria global. O que quer que fumegasse sob a superfície do Segundo Mundo, era abafado pela tampa do poder do partido e da potencial intervenção militar soviética. Por outro lado, muitos poucos Estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, atravessaram o período a partir de 1950 (ou da data de sua fundação) sem revolução; golpes militares para suprimir, impedir ou promover revolução; ou alguma outra forma de conflito armado interno. (2008, p. 421-422) (*grifos nossos*)

Para além dessa vocação revolucionária dos anos 1960, esta e a década seguinte são marcadas pelo uso da violência como linguagem política, isto é, a violência se torna instrumento legítimo da ação política revolucionária (ARAÚJO, 2008, p. 251). Para a autora:

[...] a situação política da maioria dos países do Terceiro Mundo – submetidos a regimes ditatoriais, sem garantias de respeito aos direitos humanos, sem o livre exercício da cidadania política, sujeitos muitas vezes a sucessivos golpes militares, com desigualdades e injustiças sociais cruéis – não só tornava a realidade política extremamente explosiva, como justificava e incentivava o recurso à violência. Esta seria, no contexto do Terceiro Mundo, a luta política legítima de sociedades que desejavam emancipar-se e abrir a porta para o socialismo. A crença no potencial revolucionário do Terceiro Mundo – mais que isso: a crença em sua tarefa revolucionária – impulsionou a luta armada na América Latina.” (ARAÚJO, 2008,p. 266)

Cuba e Argélia teriam sido o marco dessa virada dos movimentos contestatórios rumo à luta armada. (ARNAUT; LOPES, 2005, p. 82). Imperava a necessidade de reagir com violência à violência sofrida por parte dos autoritarismos e injustiças sociais. O mesmo ocorre na Nicarágua no final da década de 1970¹, quando a Frente Sandinista de Libertação Nacional combina a guerrilha rural com motins urbanos para conduzir a enorme revolta popular rumo à revolução. Através de uma aliança com diversos setores da sociedade nicaraguense, a FSLN derruba a ditadura somozista e se propõe a construir um governo distinto das experiências socialistas anteriores.

¹ Como veremos posteriormente a FSLN começa o combate através da guerra de guerrilhas no início da década de 1960.

CAPÍTULO II

Os Sandinistas

O lema “Pátria Livre ou Morrer” contido nos textos da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), como no “Nicarágua Hora H” de Carlos Fonseca Amador, de 1969, não era um emblema novo naquele momento. Fora também título de uma carta enviada por Augusto César Sandino a Enoc Aguado – vice-presidente da Nicarágua – há mais de trinta anos, para demonstrar os objetivos e a radicalidade de sua luta:

Vermelho e preto são as cores incendiárias da nossa bandeira, simbolizando com eles “Liberdade ou Morte”, isto é o firme propósito de sermos “livres, soberanos e independentes”. Pátria e Liberdade são as palavras oficiais usadas pelo nosso exército ao final de cada documento, tendo como objetivo o de manter em nosso povo o conceito de pátria livre. (SANDINO, 1930 *apud* SELSER, 1979, p.93)

Se durante o final do século XIX e todo o século XX, os países da América Latina e Caribe sentiram fortemente a influência dos Estados Unidos em suas questões políticas e econômicas, certamente foi na região central do continente que o imperialismo estadunidense mostrou sua face mais nefasta. Segundo Matilde Zimmermann:

Entre 1849 e 1933, os fuzileiros navais americanos invadiram a Nicarágua nada menos que catorze vezes, em geral para empossar um presidente que parecesse a Washington mais solidário com os interesses dos Estados Unidos, mais estável e/ou mais apto a proteger os interesses e os investimentos norte-americanos. (2002, p.27)

O grupo de estudantes que posteriormente viria formar a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) conheceu o mártir de seu país através dos revolucionários cubanos, quando da experiência de Carlos Fonseca Amador em Cuba, e logo a luta do movimento foi direcionada para a continuidade e efetivação dos propósitos daquele general. Afinal, a família Somoza, ligada ao assassinato de Augusto César Sandino na década de 1930, ainda governava o país de forma tirânica, e a dependência em relação aos Estados Unidos se mantinha. Tal é a relevância do pensamento e métodos de Sandino para os militantes da FSLN que destacaremos alguns aspectos de sua luta.

2.1. Sandino, o “General de homens livres”

Augusto César Sandino, conhecido por “general de homens livres”, nasceu em 1895 num povoado chamado Niquinhomo localizado perto do lago Nicarágua. Trabalhou em várias ocupações na própria Nicarágua até que teve que deixar o país aos vinte anos. A partir daí viveu algum tempo na Guatemala, em Honduras e depois no México, onde foi funcionário de uma empresa petrolífera. Ali pôde absorver a influência da revolução que se desencadeava no país, adquirindo sua primeira experiência política. Aos trinta e três anos regressa ao norte da Nicarágua, onde trabalha numa mineradora pertencente a norte-americanos.

Em 1927, quando a Nicarágua já possuía quinze anos de ocupação dos *marines* (há nesse período uma breve interrupção), Sandino forma um pequeno exército para combater ao lado dos constitucionalistas e expulsar os norte-americanos. Tratava-se de mais uma disputa entre os partidos Liberal e Conservador, mas desta vez este, nas figuras de Adolfo Díaz e Emiliano Chamorro, havia dado um golpe – com apoio estadunidense – para derrubar o presidente Carlos Solórzano e o vice Juan Batista Sacasa. (PORTOCARRENO, 1990, p.249). Este foi um momento complexo na história do país, com grande instabilidade política e rotatividade no posto da presidência. Sacasa, em reação ao golpe, busca ajuda militar do general José Maria Moncada para retomar seu mandato. O conflito envolvia na verdade uma questão mais ampla relacionada à insatisfação de empresas de petróleo norte-americanas com a nacionalização do subsolo mexicano, conseguida através da Revolução e a nova Constituição promulgada. Como o ex-vice presidente Sacasa busca apoio do presidente mexicano Calles para lutar contra Díaz e Chamorro, parte dos congressistas estadunidenses utilizam esse fato como pretexto para iniciar uma guerra contra o México, acusando o governo de tentar espalhar o “bolchevismo” pelo continente. Nesse contexto, Sandino vivia em Tampico num porto de forte importância na disputa entre os dois países. (SELSER, 1979, p.26)

Depois de sua vivência no México, Sandino retorna à terra natal e forma o Exército Defensor da Soberania da Nicarágua, composto, inicialmente, por trinta homens. Diante da negativa de Moncada em reconhecer e colaborar com sua luta, o Exército começa a combater de forma independente as forças conservadoras chamorristas (SELSER, 1979, p. 28). Depois de muitas batalhas vitoriosas, o Exército, agora agregando centenas de homens, é chamado para se juntar aos liberais. No momento em que o grupo estava pronto para adentrar em Manágua, Moncada pede ao general que dirija suas tropas ao norte. Sandino o faz. Foi o tempo necessário para que esse e Sacasa assinassem o Pacto Tipitapa com os Estados Unidos, no qual fica acordado que eles abandonariam a

luta em troca de eleições e favores para ambos. (SELSER, 1979, p. 31) Ocorre que Sandino se recusa a aceitar o Pacto e inicia a guerra de guerrilhas para combater os invasores estrangeiros numa zona de selva e montanhas localizada a noroeste do país. Após tomar uma mina de ouro de propriedade de um senhor norte-americano, o general lança seu primeiro manifesto político, no qual diz:

Sou nicaraguense e sinto-me orgulhoso de que pelas minhas veias circule, mais do que qualquer outro, o sangue índio americano, que por atavismo encerra o mistério de ser patriota leal e sincero; o vínculo da nacionalidade me dá o direito de assumir a responsabilidade de meus atos nas questões da Nicarágua e, conseqüentemente, da América Central e de todo o continente que fala o nosso idioma, sem importar-me com a qualificação que os pessimistas e os covardes quiserem me dar, que poderá combinar mais com sua qualidade de eunucos. Sou trabalhador da cidade, artesão como se diz neste país, mas meu ideal pertence a um amplo horizonte de internacionalismo, luta pelo direito de ser livre e de exigir justiça, embora para atingir esse estado de perfeição seja necessário derramar o sangue próprio e o alheio... Minha maior honra é surgir do seio dos oprimidos, que são a alma e o nervo da raça... (SANDINO, 1927 *apud* SELSER, 1979, p. 58)

Tratava-se agora de duas forças, os liberais, através da Guarda Nacional, e os norte-americanos, contra o “pequeno exército louco” liderado por Sandino (SADER, 1992, p. 61). Os Estados Unidos aumentam a repressão e em 1927 utilizam cinco aviões para metralhar o grupo. Nessa ocasião morrem entre cem e duzentas pessoas, além de outras duas centenas de feridos. (SELSER, 1979, p. 37). A opinião pública se volta contra o massacre, mas as batalhas prosseguem pelos anos seguintes. Em 1933, quando Sacasa assume o poder, a partir de um acordo com o governo norte-americano, começam as negociações para que Sandino depusesse as armas. Os Estados Unidos então retiram suas tropas do país, o que foi considerado uma grande vitória para o povo nicaraguense. No entanto, o presidente nomeia Anastásio Somoza, homem de confiança do imperialismo, como chefe da Guarda Nacional. Para Emir Sader (1992, p. 62), a Guarda Nacional, criada naquele contexto, era uma herança das décadas de ocupação dos norte-americanos e uma espécie de microaparato de poder dependente diretamente desses. Pouco tempo depois, após um jantar na residência de Sacasa, Sandino e alguns companheiros caem numa emboscada e são mortos pela própria Guarda Nacional. Na mesma noite outras lideranças do movimento são executadas. Em 1936, o próprio Somoza arquitetou um golpe de Estado que o faz assumir a presidência da Nicarágua iniciando a dinastia que duraria até 1979.

Amauru Portocarreno (1990, p. 245) define o movimento de Sandino como anticolonial e de libertação nacional, enfatizando que como a dominação política naquele país pelos Estados Unidos se dava de forma direta, inclusive amparada por presença militar, a Nicarágua configurava uma situação de colônia. O objetivo principal do general era acabar com a ocupação dos Estados Unidos,

ao qual chama “monstruosa águia de bico curvo”, defendendo assim a soberania de sua nação. Em suas palavras:

Os grandes dirão que sou muito pequeno para a obra que empreendi. Mas minha insignificância é superada pela altivez de meu coração de patriota, e assim juro perante a pátria e perante a história que minha espada defenderá a honra nacional e que será redenção para os oprimidos. Aceito o convite à luta e eu mesmo a provooco, e ao desafio do invasor covarde e dos traidores da pátria, respondo com meu grito de combate, e meu peito e o dos meus soldados formarão uma muralha onde as legiões dos inimigos da Nicarágua serão derrotados. Poderá morrer o ultimo dos meus soldados que são os soldados da liberdade da Nicarágua ,mas antes, mais de um batalhão dos vossos, invasor loiro, terá mordido o pó das minhas agrestes montanhas. (SANDINO, 1927 *apud* SELSER, 1979, p. 59)

Lê-se neste fragmento que Sandino pretendia defender a “honra nacional” e provocar a redenção dos oprimidos. “Oprimidos”, nesse caso, sugere uma condição de exploração e inferioridade social, mas apesar disso e do tema da libertação nacional já está presente entre as pautas da Internacional Comunista naquele momento, o general não manifesta a intenção de encaminhar seu movimento rumo a uma revolução socialista. Ao contrário, diz que: “A Revolução Liberal está de pé” (SANDINO *apud* SELSER, p. 58), definindo-se como republicano. Curioso é que em carta destinada a Moncada, Sandino assina sob a famosa frase anarquista “Propriedade é roubo” e utiliza as cores vermelha e preta (ZIMMERMANN, 2002, p.29) que são tradicionalmente vinculadas à grupos socialistas. Muitos anos depois, estas serão as cores utilizadas como símbolo da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

No trecho citado anteriormente do “Primeiro Manifesto Político”, Sandino revela seu orgulho pelo “sangue índio”, o seu patriotismo e, em seguida, amplia essas questões para a América Central e depois para “todo o continente que fala nosso idioma”. Dessa maneira, denota que a luta contra o imperialismo não é somente de sua nação, mas de todo um continente com o qual ele se identifica. Posteriormente, na posição de “trabalhador da cidade, artesão”, afirma que seu ideal “pertence a um amplo horizonte de internacionalismo, luta pelo direito de ser livre e exigir justiça [...]”, o que pode demonstrar a influência de um pensamento socialista. Emir Sader, por sua vez, acredita que luta de Sandino estava ligada a uma tendência política liberal popular. E acrescenta: “À *questão nacional* – de expulsão dos norte-americanos e de afirmação da soberania nacional – se assomavam cada vez mais os *problemas* sociais que Sandino ia conhecendo em profundidade à proporção que atuava com seus homens pelo território nicaraguense.” (1992, p. 60) (*grifos do autor*).

Outro ponto que merece ser destacado é a estratégia interclassista para romper com o imperialismo. Na luta de defesa da pátria não haveria “distinção de cor política” (SANDINO *apud*

SELSER, 1979, p. 60) com a exceção daqueles políticos e oligarcas vinculados aos interesses dos Estados Unidos, a quem Sandino chama “traidores da pátria”. Ao final daqueles anos de luta, o Exército Defensor da Soberania da Nicarágua consegue atingir seu objetivo de que as forças norte-americanas abandonassem o país, mas isso não significa que a Nicarágua tenha conquistado a soberania nacional. Ao contrário, fica no poder Anastásio Somoza que posteriormente é substituído por dois dos seus descendentes que mantêm a postura de subordinação àquela potência e de forte repressão a quaisquer movimentos contestatórios.

2.2. A Frente Sandinista de Libertação Nacional

2.2.1. Surgimento da organização e alguns episódios da insurreição popular

No início da década de 1960 alguns estudantes, entre eles Carlos Fonseca Amador, Tomás Borges e Silvio Mayorca (COSTA, 2009, p. 287), jovens operários e dois veteranos do exército organizado por Sandino (ZIMMERMANN, 2002, p. 46) se reúnem para formar o Movimento Nova Nicarágua (MNN). Em seguida, o grupo recebe o nome Frente de Libertação Nacional, inspirado no movimento argelino que derrubara o colonialismo francês (ZIMMERMANN, 2002, p. 46). O objetivo imediato da Frente é pôr fim à ditadura dos Somoza, acabando com o sistema considerado entreguista e opressor. Em 1963, o movimento torna-se Frente Sandinista de Libertação Nacional, para homenagear aquele general cuja luta, juntamente com outras inspirações ideológicas (dentre as quais se destaca a experiência cubana) conformaria o projeto revolucionário. Esse nome escolhido para designar o grupo denota algumas ideias. A palavra “Frente” possui o mesmo significado que vanguarda; “Sandinista” demarca a influência de Augusto César Sandino sobre o movimento. Sandino tornou-se um mártir nicaraguense que morreu justamente em defesa da soberania do país, lutava pela expulsão dos invasores norte-americanos. Além disso, foi assassinado a mando de Somoza, fator esse que, somado ao antiimperialismo, pode angariar a simpatia de muitos indivíduos independentemente da ideologia socialista. Como veremos, antiimperialismo e anti-somozismo são as principais bandeiras sandinistas. O termo “Libertação Nacional” explicita o objetivo de livrar a nação do domínio estrangeiro, reforçando a luta contra o imperialismo.

Naquele momento a Nicarágua era um país muito atrasado, com enorme desigualdade social, mesmo após décadas de crescimento econômico motivado pela exportação de algodão e investimentos norte-americanos. Tratava-se de um país com baixa densidade populacional que

vivia majoritariamente da economia agro-exportadora². Era muito precária a situação dos camponeses que, em sua maioria, dependia de trabalhos sazonais. Matilde Zimmermann nos apresenta alguns dados elucidativos quanto as condições de vida do povo nicaraguense:

Metade da população da Nicarágua não sabia ler nem escrever. No campo, 75% do povo era analfabeto e, no caso das mulheres campesinas pobres, esse índice chegava a 100%. A Nicarágua tinha a mais baixa expectativa de vida na América Central (53 anos) e o segundo maior índice de mortalidade infantil. Cerca da metade dos lares não tinha água encanada nem eletricidade. Na zona rural, 80% das casas não tinham nem uma coisa nem outra. Ao longo dos anos 1960 e 1970, a Nicarágua tinha um dos mais elevados índices de natalidade da América Latina. Com a crescente concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários e a falta de novos empregos para enfrentar o crescimento da população, dezenas de milhares de indivíduos migraram para as áreas urbanas, especialmente em Manágua, onde viviam em condições precárias, nos bairros da legião leste e em favelas de casas de papelão e ruas de barro. (2002, p. 67-68)

Para além da situação de miséria da população, mas com razões associadas, o país vivia sob a ditadura somozista que contava com o amparo das forças imperialistas. (RODRIGUES, 1996, 362). Em verdade, Nicarágua era considerada a “fiel guardiã da ordem” para os Estados Unidos na América Central. É famosa a frase proferida por Franklin D. Roosevelt: “Somoza pode ser um filho-da-puta, mas é o *nosso* filho-da-puta.” (ZIMMERMANN, 2002, p. 31). De acordo com Mario Salazar Valiente:

Somoza Debayle participou da invasão à Guatemala e da derrubada do do governo democrático e nacionalista de Jacobo Arbenz em 1954. Somoza Debayle ofereceu o território da Nicarágua e prestou ajuda de toda a forma aos preparativos e à invasão de Cuba em princípio dos anos 60. Somoza foi um dos principais cúmplices do plano do Pentágono que conduziu a manter subjulgados os exércitos da América Central. Referimo-nos à criação do Conselho de Defesa Centro-americano (Condeca) que se leva a efeito de 1961 a 1964. O Condeca se converte numa estrutura político-militar-jurídica de submissão imperialista dos países da região. [...] Somoza Debayle decide quais dos militares devem ocupar as presidências de El Salvador e Guatemala. [...] Também é a aviação da Nicarágua que bombardeia San Salvador por ocasião de um golpe frustrado em março de 1972. (1990, p.285-286)

Dentro do território nacional era grande a centralização política e a violência por parte do Estado. Os níveis repressão sofriam escalada de acordo com o momento político, mas a Guarda Nacional se mantinha como símbolo dessa violência e das arbitrariedades cometidas contra a população. Além disso, a família Somoza utilizava-se do mando e corrupção para garantir sua fortuna, o que a fez ser proprietária de grande parte das terras e indústrias da nação. Anastasio

² É a partir da década de 1960 que se desenvolve de forma considerável a industria manufatureira no país. No início da década de 1970 a participação do valor industrial no PIB era de 21% (PORTOCARRENO, 1990, p. 261)

Somoza García, o primeiro dos Somoza, que era filho de um médio cafeeicultor antes de tomar o poder, acumulou uma fortuna estrondosa durante seu governo. De acordo com Emir Sader:

A fortuna da família Somoza, segundo difíceis cálculos feitos pelo jornal norte-americano *New York Times*, em 1974, ultrapassaria 400 milhões de dólares, naquele momento distribuídos em negócios de diferentes tipos: produção de algodão, transporte aéreo e marítimo, indústrias, minas, órgãos de imprensa, de publicidade, bens de raiz, apartamentos, além de negócios “sujos” - empresas de tráfico de sangue, drogas, casas de prostituição, motéis. Essa riqueza se estendia além das fronteiras da Nicarágua, prolongando-se até os países da América Central, o México e os Estados Unidos. (1992, p. 64).

A “dinastia” da família começa quando Anastásio Somoza García é eleito presidente após o processo golpista de 1936. Ele possuía um discurso nacionalista apesar da política econômica do seu governo não dizer o mesmo. Além disso, apresentava-se como trabalhista e mantinha uma postura até mesmo paternalista com a população. No entanto, em 1947 fecha o Partido Comunista e suprime a onda de greves ocorridas no país no pós-guerra. (ZIMMERMANN, 2002, p.35). Três anos depois assina o “Pacto dos Generais” que representa a divisão do poder entre liberais e conservadores que apoiavam o governo. (ZIMMERMANN, 2002, p. 35). A partir desse momento, é apenas nominalmente que os dois partidos apresentavam-se como antagônicos. Somoza era do Liberal, mas o Conservador jogava o jogo da oposição leal, como ironizou García Márquez. (MÁRQUEZ, 1978 *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 36). Dessa maneira, com a soma de fatores como a falta de opção política, propagandas governamentais demagógicas e, em todo caso, fraudes, era possível manter as eleições no país.

No ano eleitoral de 1956, durante uma festa na cidade de León, o poeta Rigoberto López Pérez assassina Anastasio Somoza. Em seguida, o poeta é morto, mas deixa registrado que seria “aquele que começa o começo do fim desta tirania.” (ZIMMERMANN, 2002, p. 36). Luiz Somoza Deybale, filho mais velho de Anastasio, foi indicado para ocupar seu lugar. Outro filho, Anastasio Somoza Debayle, conhecido por Tachito, chefiava nesse momento a Guarda Nacional (ZIMMERMANN, 2002,p.36-37). O novo presidente declara estado de sítio e começa a exercer grande repressão sobre o território nicaraguense.

Como ocorre em toda a América Latina, e, principalmente na América Central, a Revolução Cubana repercute fortemente na Nicarágua. Surgem vários movimentos contestatórios estudantis, muitos deles intencionados a utilizar a luta armada para promover uma revolução socialista. Carlos Fonseca Amador é mais um dos jovens latino-americanos que se dirige à Cuba para obter

treinamento, e lá compreende a importância das táticas empregadas por Augusto César Sandino para a revolução que triunfara. Posteriormente Carlos Fonseca exerceria um trabalho de reapresentação dos textos de Sandino para os nicaraguenses, já que Somoza havia feito grande esforço para apagar da história os feitos do “general de homens livres.”

Ainda em 1959, Carlos Fonseca participa de uma expedição militar chamada Brigada Rigoberto Lopéz Pérez – nome que homenageia o poeta que matou Anastasio Somoza – com o intuito de derrubar o governo. Mas a Brigada é facilmente vencida em El Chaparral, território pertencente a Honduras.

Em 1962 a Frente de Libertação Nacional organiza sua primeira operação guerrilheira em área predominantemente indígena situada perto do território hondurense. Contudo, diante da inexperiência, bem como desconhecimento da área e da língua indígena, a guerrilha rural é facilmente derrotada pela Guarda Nacional. Em 1964, Carlos Fonseca é preso e durante os dois anos que se seguem a FSLN praticamente não exerce suas atividades. (ZIMMERMANN, 2002, p. 50)

Toda a década de 1960 até meados da próxima representou para a Nicarágua um período de grande expansão econômica. No entanto, esse crescimento não significou qualquer melhoria de vida para a população, já que persistia o analfabetismo, a ausência de serviços básicos de saneamento e o trabalho irregular e mal pago: quase metade dos nicaraguenses tinha uma renda *per capita* de 25 dólares mensais. (SADER, 1992, p. 65-66) Emir Sader (1992, p. 65) considera que naquele contexto, situação social do país já era explosiva.

Em 1963, René Schick é eleito presidente do país. Três anos depois ele falece e Anastasio Somoza, Tachito, decide se candidatar para as próximas eleições. No próximo ano, isto é, 1967, a Frente Sandinista realiza nova guerrilha, agora em Pancasán. Mesmo que os militantes tenham se preparado melhor, ela também fracassa. Segundo Zimmermann:

A derrota em Pancasán teve desdobramentos diferentes das de 1963. Em vez de recuar, a FSLN abriu uma ofensiva política e militar, desencadeando uma série de atos violentos espetaculares nas cidades, como assaltos a bancos e promoveu execuções (que chamavam de “justiçamentos”) dos odiados oficiais da Guarda Nacional. Tais ações destinavam-se não só a arrecadar dinheiro, mas também a provocar medo e admiração. Foi durante esse período que a FSLN passou a adquirir sua reputação – deliberadamente buscada – de um grupo disposto a arriscar tudo, inclusive a própria vida, para derrubar Somoza. (2002, p. 52)

O final da década de 1960 a Frente Sandinista se reúne para repensar o movimento e suas táticas. Decidi-se ampliar o recrutamento em diversos setores sociais, mas enfatizando o papel dos estudantes como mobilizadores dos grupos, e investir mais no desenvolvimento da Frente nas cidades. Além disso, os militantes resolvem aprovar um programa que deixasse claro os objetivos de sua luta. Surge assim, em 1969, o “Programa Histórico” que planejava derrubar a ditadura, realizar uma reforma agrária radical, garantir os direitos democráticos básicos, extinguir a Guarda Nacional, reformar a educação, nacionalizar os bancos, o comércio exterior e recursos naturais em mãos estrangeiras, expropriar as terras e bens da família Somoza. Visava também acabar com a discriminação sofrida por negros e índios, conclamava a emancipação das mulheres, a unidade do povo da América Central e solidariedade com as lutas antiimperialistas disseminadas pelo mundo. (ZIMMERMANN, 2002, p.62-63)

Em 1972 ocorre um terremoto que destrói a cidade de Manágua. O país recebe ajuda internacional para reconstruir a cidade, mas o dinheiro vai parar nas mãos de Anastasio Somoza Debayle que negocia, inclusive, as doações de sangue recebidas por parte do povo cubano. A partir desse momento ocorre concomitantemente um recuo do crescimento econômico, aumentando a pauperização dos cidadãos. Passam a ser constantes as manifestações da insatisfação popular em relação ao regime, que são duramente reprimidas pela Guarda Nacional. Não obstante, setores da classe burguesa dominante também começam a expressar discordância em relação ao governo, questionando o protecionismo utilizado pela família Somoza para aumentar seus domínios, a corrupção estatal e a existência de um regime que não respeitava as liberdades e direitos mínimos dos cidadãos. (PORTOCARRENO, 1990, p. 266). Dentre essa oposição que começava a se forjar, destaca-se a figura de Pedro Joaquín Chamorro, diretor do jornal *La Prensa* o periódico de maior importância no país.

Nesse contexto, como grande parte dos integrantes do movimento estava em Cuba fugindo à repressão, as principais diretrizes partem da Ilha. Era difícil a situação para os sandinistas diante de tantos militantes presos e assassinados, além da matança de camponeses, estupro de mulheres e outras formas de terror praticadas pela Guarda contra a população. Surgem então muitas controvérsias entre os integrantes quanto as táticas a serem empregadas e a FSLN sofre uma divisão estrutural em três tendências, cada qual sua “[...] sua própria expressão política e sua direção”, como afirmou Humberto Ortega. (ORTEGA *apud* PISANI; CEBÉRIO; INVERNIZZI, 1985, p. 40). No próximo capítulo, ao analisarmos as diretrizes político-ideológicas do movimento, especificaremos essas três tendências.

Em dezembro de 1974 um comando de quinze guerrilheiros invade a casa de José Maria Castillo, presidente do Banco da Nicarágua e ministro de Somoza, quando ocorria uma festa em homenagem ao embaixador dos Estados Unidos, Turner Shelton. A casa estava repleta de hóspedes importantes, dentre eles um irmão do presidente. Em troca dos reféns a Frente Sandinista exige um milhão de dólares, a liberdade de presos políticos, o aumento do salário mínimo e a publicidade das reivindicações revolucionárias através de rádios, jornais e televisão. O ditador é obrigado a ceder. (VALIENTE, 1990, p. 271; PISANI; CEBÉRIO. INVERNIZZI, 1985, p. 39). Essa investida de importância singular na história da FSLN, pelo próprio êxito que obteve, fez com que Somoza Debayle declarasse estado de sítio, aumentando ainda mais a agressividade do governo frente a população.

Em fins de 1977 começa um período de deterioração do sistema somozista (VALIENTE, 1990, p. 272). Quando as garantias constitucionais são restabelecidas, já funciona a União Democrática de Libertação (UDEL), organização da burguesia anti-somozista que é liderada por Pedro Chamorro. Os empresários começam a organizar paralisações em protesto ao governo.

A Frente Sandinista também lança várias ofensivas contra Somoza. Em outubro de 1977, os guerrilheiros ocupam um quartel da Guarda Nacional situado perto de Costa Rica, e também dois povoados Monzonte e San Fernando, conseguindo a rendição de um outro quartel. Também atacam o quartel de Masaya situado a vinte quilômetros de Manágua. Nesse momento se forma o Grupo dos Doze, composto por intelectuais, liberais democratas e religiosos que apoiavam a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Em 10 de janeiro de 1978, Pedro Chamorro é assassinado, episódio esse que marcaria um divisor de águas para a vivência do regime. Toda a população se mostra indignada com o crime que se constitui para Mario Salazar Valiente (1990, p. 273) “[...] um estopim da consciência popular em todas as classes sociais. Em nível internacional, o assassinato reverte-se contra a tirania, na forma de total repúdio. Perante o Departamento de Estado diminuem aceleradamente os créditos que ainda tem o ditador”. Ocorrem então violentas manifestações de repúdio ao assassinato em todo o país, inclusive com a população ateando fogo na residência de pessoas vinculadas ao governo. Os empresários organizam uma greve que paralisa 80% do país.

Somoza tenta organizar uma concentração em seu favor, mas a população toma as ruas para impedir que isso ocorresse. Num bairro da cidade de Masaya denominado Monimbó, a população predominantemente indígena inicia uma série de manifestações contra a ditadura e a Guarda Nacional aparece para combatê-los. Seguem-se dias de batalha entre o povo e os militares. Durante esse período, disse certo morador: “Que vengan los compañeros del Frente Sandinista a combatir junto a nosotros. [...] Si alguien puede, comuníqueme a los muchachos que lo estamos necesitando y que los esperamos.” (TORRRES, s/d *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 56). Foram dez dias de resistência nos quais o bairro foi declarado “território livre de Nicarágua”, mas o desfecho dessa batalha foi uma grande matança entre a população. Através de uma operação que contou com tanques de guerra e aviões contra uma população praticamente desarmada, a Guarda Nacional conseguiu vencer o movimento. (TORRRES, s/d *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 59). Porém, o massacre de Monimbó obteve repercussão internacional e o bairro tornou-se símbolo da luta do povo nicaraguense contra a ditadura dos Somoza.

Seguem-se vários levantes contrários ao regime, numa etapa que a FSLN chama de pré-insurrecional. Quando a revista *Alternativa*, dirigida por Gabriel García Márquez, pergunta aos sandinistas se teria havido muita espontaneidade nas insurreições populares de janeiro e fevereiro de 1978, eles respondem:

No es cierto que haya sido espontáneo. Es la acumulación de la ofensiva guerrillera y muchos factores de frustración. [...] El pueblo há despertado. Ahora nos sobran casas, escondites, gente, dinero, trabajo. No alcanzamos inclusive a incorporar a todos los que piden, pero se há intensificado el recrutamiento com las debidas precauciones para evitar la infiltración, y somos ya centenas en armas. Estamos preparando al pueblo en el manejo de las armas y contribuyendo a su organización revolucionária. (REVISTA ALTERNATIVA, 1978 *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 104).

Em julho de 1978 é formada a Frente Ampla Opositora (FAO) composta por algumas organizações da UDEL, pessoas ligadas ao Grupo dos Doze e sandinistas. Na revista *Lucha Sandinista* (1978 *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 218-223) o movimento explica que a FAO se trata de uma aliança entre as forças políticas interessadas em derrubar o governo de Somoza e que coincidam com o Programa Mínimo Sandinista. Em setembro a Frente ocupa León e Éstelí, mas a reação do governo é forte e os guerrilheiros se retiram. Em 22 de agosto os sandinistas tomam o Palácio Nacional de Manágua em mais uma ação bem sucedida.

De acordo com Gabriel García Marquez (1978, *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 31-32), o ataque teria sido planejado há alguns anos, mas foi somente naquele agosto quando, apesar de toda a crise política, Somoza declara que pretende cumprir seu mandato até 1981, e o presidente norte-americano Jimmy Carter o felicita pelas intenções de melhorar os Direitos Humanos na Nicarágua, que os sandinistas resolvem colocar o plano em prática. A Operação Chanchera (chanchos em espanhol significa porco), como foi denominada, ficou sob a responsabilidade de três militantes: Edén Pástor, Hugo Torres Jiménez e Dora María Tellez. Além desses, outros vinte e dois participaram da ação e tomaram o Palácio altamente vigiado pela Guarda Nacional disfarçados justamente de militares. Havia 67 parlamentares no Congresso que foram tidos como reféns, dois eram parentes de Debayle Somoza. Depois de 45 horas do assalto, por meio do intermédio de três bispos, a FSLN consegue a liberação dos presos políticos, a leitura de dois manifestos através da mídia, uma quantia de dinheiro e a garantia de que o comando e os militantes liberados da prisão viajarão em segurança para o Panamá. Seguiram-se as manifestações de apoio popular ao ato. (MÁRQUEZ, 1978, *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p.48).

Pouco tempo depois os empresários anunciam uma greve geral, tendo em vista a queda pacífica de Somoza para afastar a possibilidade dos sandinistas tomarem o poder. Também Carter tenta uma solução diplomática para a crise para evitar as possíveis radicalidades do movimento guerrilheiro. A FSLN enfatiza sua posição contrária a qualquer “somozismo sem Somoza” (VALIENTE, 1990, p. 277) repelindo assim a mediação dos Estados Unidos. Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) compõem então uma comissão mediadora que mantém proposta similar a dos Estados Unidos. Como o problema não se resolve, o presidente norte-americano sugere uma intervenção na Nicarágua, mas a OEA rechaça essa possibilidade.

A Frente Sandinista rompe então com a FAO já que nela os empresários tinham hegemonia e a eles interessaria a solução da Comissão Mediadora. Também o Grupo dos Doze se desvincula desta organização. O Movimento Povo Unido (MPU), formado “[...] partidos de esquerda, comitês de bairro, comitês de greve, associações de mulheres, organizações sindicais, comitês proletários etc.” (VALIENTE, 1990, p. 281) vem então substituir o papel que a FAO representava na luta política, e a burguesia anti-somozista fica isolada. Em seguida o México rompe as relações diplomáticas com o governo nicaraguense e é acompanhado por outros países da América do Sul.

Em março de 1979 se unificam as três tendências da Frente Sandinista e começa a ofensiva final para derrubar o governo já bastante debilitado pela crise política, econômica e a falta de respaldo internacional. Sublevações populares ocorrem nas principais cidades do país. Muitas das

manifestações ocorridas levavam as bandeiras da FSLN mesmo que nenhum militante da Frente estivesse envolvido nelas. Há, portanto, uma identificação de jovens, camponeses, operários com o movimento. Três frentes de guerra aberta são conduzidas pela Frente Sandinista. Em junho começam os combates em Manágua, principalmente nos bairros pobres da região leste:

Os bombardeios e ataques de Somoza com foguetes miravam sempre os bairros mais pobres. (...) Em algumas cidades e vilas menores os bairros não eram claramente definidos, mas em Manágua comunidades operárias inteiras foram destruídas, enquanto as áreas da classe média permaneceram intactas. Somoza ordenou que sua Força Aérea “atacasse tudo que estava em movimento”, no lado leste de Manágua, recorrendo a bombas, foguetes e até mesmo tambores de gasolina atirados dos aviões. No final de junho, [...] a Frente Interna da FSLN liderou uma retirada organizada de seis pessoas da capital, encaminhando-as para Masaya, uma cidade a 32 quilômetros de distância. (ZIMMERMANN, 2002, p. 88-89)

Zimmermann nos apresenta ainda alguns dados que enfatizam o caráter popular da sublevação:

As insurreições urbanas eram claramente oriundas da classe operária. Um levantamento sobre cerca de seis mil combatentes sandinistas mortos na insurreição mostrou que 54% eram trabalhadores de todos os tipos, e outros 29%, estudantes secundaristas e universitários, muitos procedentes de famílias de trabalhadores. Mais da metade eram filhos de pais não casados, o que na Nicarágua significa famílias pobres, não pertencentes à burguesia. [...] A grande parte dos seis mil mártires sandinistas não era membro da FSLN que, mesmo conhecendo um rápido crescimento em 1978 e 1979, ainda tinha menos de dois mil filiados à época de sua vitória. (2002, p. 88)

Um governo provisório é constituído contando com os seguintes nomes: “Violeta Chamorro (viúva de Pedro Joaquín Chamorro); Sérgio Ramirez Mercado (membro do “Grupo dos Doze”); Daniel Ortega (comandante da FSLN); Moisés Hassan (do Movimento Povo Unido); Alfonso Robelo (industrial representativo do capital anti-somozista). (VALIENTE, 1990, p. 287) Somoza foge do país rumo a Miami e Francisco Uruyo o substitui. A guerra se intensifica e logo a Guarda Nacional abandona a luta. Dessa maneira, Uruyo também tem que deixar a Nicarágua e em 19 de julho de 1979 a revolução triunfa.

CAPÍTULO III

Diretrizes político-ideológicas da Frente Sandinista de Libertação Nacional

Durante duas décadas de atuação política, a Frente Sandinista de Libertação Nacional pôde construir um projeto próprio de revolução, mas certamente influenciado por matrizes ideológicas e experiências revolucionárias passadas. Os sandinistas buscavam garantir a “liberdade do homem e a soberania da pátria”, pontos comuns à esquerda revolucionária não só da América Latina, mas dos países que integravam o chamado Terceiro Mundo. No entanto, a peculiaridade deste processo revolucionário se deu pela ênfase no caráter democrático e popular do Estado a ser construído, sustentado pelo pluralismo político e por uma economia mista.

A Frente de Libertação Nacional, como inicialmente é chamada, vêm da onda revolucionária que surge no continente a partir da Revolução Cubana. A derrubada do regime de Fulgêncio Batista, naquela pequena ilha situada a 140 quilômetros dos Estados Unidos, motivou a insurgência de muitos grupos latino-americanos. Assim foi imediata a identificação dos esquerdistas da Nicarágua, bem como de outros países da América Central e do Caribe, com a Revolução Cubana, já que o país vivia sob semelhante dominação externa sustentada por um regime opressor interno. Prova de que o imperialismo impulsionou de maneira determinante o movimento, além disso o seu próprio nome, como foi mencionado no capítulo anterior, é inspirado no movimento argelino por libertação nacional. Para a Nicarágua, independente no primeiro quartel do século XIX, mas que logo começa a ser ocupada militarmente pelos norte-americanos, a questão do domínio estrangeiro, bem como do desejo de se libertar, tornou-se, em certa medida, componente da cultura nacional. De acordo com Kátia Baggio:

[...] em muitos países da América Latina, a criação e o fortalecimento de um sentimento de pertencimento à nação foi um processo árduo e moroso. A confrontação com o “outro” – nesse caso, o estrangeiro – também cumpriu um eficaz papel na consolidação do sentimento nacional, como de resto, em outras partes do mundo. A nação tende a se unir quando a prioridade – real ou construída – é a luta e/ou a resistência contra o inimigo externo (2002, p. 42).

Num documento produzido pela FSLN aparece: [...] este Gobierno Democrático Popular deberá llevar a feliz término la LIBERACIÓN NACIONAL, esto es, la ruptura de todo lazo de dependencia de cualquier potencia capitalista y dar inicio a un desarrollo económico, político y

social independente (REVISTA LUCHA SANDINISTA, s/d, *apud* LOS SANDINISTAS, 1979,p, 222). Assim, os Sandinistas, motivados a romper com a dominação externa, se propõem então a seguir os passos da Revolução Cubana, cuja marca fundamental é também o antiimperialismo. É, portanto preponderante a influência do Movimento Revolucionário 26 de Julho para a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Tanto em termos de ideais: derrubar a ditadura, liberta-se da influência política e econômica dos Estados Unidos e construir um regime socialista; como dos métodos empregados: a luta armada direta, através do foquismo. Cuba, como pretendeu estimular a revolução pelo continente, colaborou com a Frente Sandinista ao treinar militarmente seus militantes, facilitar o contato entre o grupo e outras organizações revolucionárias e garantir a segurança pessoal de muitas lideranças. (CASTAÑEDA, 1994, p. 61)

Entretanto, uma marca dos sandinistas foi justamente a flexibilidade. Inicialmente o grupo se dirige às montanhas e tenta derrubar o governo pelas guerrilhas rurais, inspirados no modelo cubanos. Daniel Van Eeuwen (1994, p. 176) considera que até de 1967 a Frente seguiu essa estratégia do foquismo para tentar “reeditar” a experiência de Cuba. No entanto, as repetidas derrotas fazem com que a FSLN repense as táticas e invista nas ações urbanas, como assaltos a bancos, seqüestros, tomada de edifícios, de quartéis e, posteriormente, do próprio Palácio Nacional como ocorreu em 1978. As investidas urbanas, bem como recrutamento de estudantes e operários, tornam-se fundamentais para o movimento, mas o trabalho com os camponeses prosseguiu. O seguinte manifesto, proferido pela Frente Sandinista após uma ofensiva, é esclarecedor quanto aos ideais e métodos anteriormente explicitados:

Irmãos nicaragüenses: durante quatro anos nossa organização tem acumulado força nas montanhas, campos e cidades de nosso país para dotar as classes exploradas e agredidas – operários e camponeses – de um instrumento político-militar capaz de dirigir a guerra justa e necessária que liquidará para sempre o sistema criminoso, entreguista e opressor que encabeça hoje, o odioso déspota Somoza Debayle. (FSLN *apud* VALIENTE, 1990, p. 271)

Por esse trecho pode-se perceber o desejo de derrubar o governo Somoza e, mais que isso, derrubar o sistema entreguista e opressor que o citado “déspota” encabeçava. O intuito era romper com o sistema levando à cabo o movimento de libertação nacional, o método, revolucionário, através da luta armada.

Sandino foi, contudo, o grande símbolo da revolução sandinista. Sua figura representou o patriotismo dos cidadãos nicaragüenses, o desejo de conquistar a soberania nacional e a disposição de entregar a própria vida para alcançar este objetivo. O método de sua luta – o enfrentamento

direto através da guerra de guerrilhas – coincidia com os propósitos da Frente de Libertação Nacional, e Sandino representava o que havia de condições particulares do povo nicaraguense naquela luta por libertação nacional. Quando perguntado sobre o que é o sandinismo, Bayardo Arce – militante da FSNL responsável pelo partido – colocou:

O sandinismo é a nossa ideologia própria. É a aplicação de toda a bagagem política universal à nossa própria realidade particular. Nesse sentido, tem um vínculo com o marxismo, e nós, juntamente com outras teorias, estudamos o marxismo. [...] Um bom marxista é, no fundo, quem aplica uma concepção científico-social a uma realidade concreta. Por isso, uma pessoa não poderia ser sandinista na China, na Espanha ou na Itália, a não ser simbolicamente. Muitos companheiros estrangeiros, até mesmo norte-americanos, dizem-nos que são sandinistas, e isso nos agrada muito; mas se trata apenas de uma coisa sentimental. Ao contrário, um marxista na Nicarágua é necessariamente um sandinista [...]. (ARCE *apud* PISANI; INVERNIZZI; CEBÉRIO, 1985, P. 15)

Mais do que marxistas, os sandinistas passam a ser todos os nicaraguenses que se posicionam contrariamente ao regime e que se dispõem a lutar contra ele.

Mas a influência de Sandino é mais nos planos tático e simbólico do que teórico, já que sua “[...] documentação científica era pobre, precisava enriquecer-se teoricamente” (ARCE *apud* PISANI; INVERNIZZI; CEBÉRIO, 1985, p. 18). O prisma pelo qual a FSLN enxergava a realidade e o foco de sua luta partia das formulações teóricas do marxismo-leninismo, bem como dos desdobramentos dessas em revoluções como a bolchevique, cubana, chinesa e vietnamita. Em seu texto *Sandino: guerrillero proletario*, Carlos Fonseca coloca: “Con la victoria de la Revolución Cubana recobró su fulgor el rebelde espíritu nicaraguense. El marxismo de Lenin, Fidel, el “Che”, Ho Chi Mihn, fue acogido por el Frente Sandinista de Liberación Nacional, que ha emprendido de nuevo la difícil senda guerrillera.” (s/d, p. 14). Como coloca Vilas (1984, p. 184), as massas trabalhadoras foram justamente o sujeito social da insurreição sandinista. Camponeses e proletários pauperizados formaram, conjuntamente, o perfil dessa luta revolucionária e demarcaram a sua dimensão classista. Para os sandinistas, eles constituíam a classe a quem mais interessava a derrubada do regime e a construção de um sistema alternativo.

Nesse sentido, a Frente Sandinista declarava-se socialista, mas para possibilitar a derrubada daquele governo e principiar as mudanças que considerava necessárias, acabou adotando um programa amplo para angariar as todas as forças anti-somozistas daquele momento. O objetivo inicial era derrubar a ditadura para criar condições de conquistar a libertação nacional, em seguida a luta se encaminharia para a libertação social. Em 1978, um militante da FSLN mencionou: “Las

masas están listas para el antizomozismo pero no para el Socialismo.” (REVISTA ALTERNATIVA, 1978, *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 105). Assim, o somozismo teria que ser derrubado o mais o rápido possível para que a população conquistasse melhores posições de continuar aprofundando o processo libertário, como consta no manifesto político publicado naquele mesmo ano. (LUCHA SANDINISTA, 1978, *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 204)

Fizemos até agora um apanhado geral das influências ideológicas e das táticas utilizadas pelo movimento. No entanto, como já foi mencionado, a partir de 1975-1976 até poucos meses antes da vitória da revolução, a Frente Sandinista se divide em três tendências, com concepções distintas de como encaminhar a luta. Segundo Ortega:

As origens da divisão estão no próprio processo de constituição da Frente, um processo que não permitiu jamais amadurecer estruturas de direção verdadeiramente sólidas. Em 1973, quando caíram Oscar Túrcios e Ricardo Morales, ambos membros da Direção Nacional, sofremos um duro golpe que nos paralisou. Por outro lado, era a própria luta armada clandestina que nos obrigava a manter divididas as estruturas de trabalho. (ORTEGA *apud* PISANI; CEBÉRIO. INVERNIZZI, 1985, p. 38)

Dessa maneira, a partir de 1975 a “Guerra Popular Prolongada (GPP)”;

a “Tendência Proletária (TP)” e a “Tendência Insurrecional (TI)” - chamados Terceiristas, são as três linhas em que se dividem os sandinistas. Numa outra entrevista, um militante fala sobre duas delas:

Una de esas líneas (Proletarios) es la que habla de un trabajo previo de conscientización de los trabajadores y de creación del partido revolucionario y no está de acuerdo con la insurrección porque no cree que haya capacidad para enfrentar el aparato somocista. Ese es un sector pequeño pero muy bien preparado. Existe además la línea de la Guerra Popular Prolongada que cree en una larga etapa de acumulación de fuerzas, con creación de zonas liberadas dentro del marco de preparación para la guerra contra el imperialismo como la del Vietnam. (REVISTA ALTERNATIVA, 1978 *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 104)

De acordo com Eeuwen (1994, p. 178) o núcleo fundador, a Guerra Popular Prolongada, liderado por Tomás Borges e Henry Luiz, considera fundamental reforçar o aparato militar e acumular forças antes de combater. A luta no meio urbano seria um complemento da rural no sentido de realizar propagandas e auxiliar economicamente os guerrilheiros. Já a Tendência Proletária, encabeçada por Jaime Wheelock e Luis Carrión, reunia quadros políticos urbanos e, especialmente universitários, que pensavam ter o grupo subestimado o papel das classes operárias no processo revolucionário. Em suas palavras:

Los miembros de esta fracción revelan verdaderas cualidades como organizadores y trabajan principalmente en el sector obrero. Intransigentes en lo ideológico, aunque el marxismo en que se inspiran no es en absoluto dogmático, descartan de plano una etapa de gobierno popular que implique la participación del conjunto de los sectores políticos y económicos del país hostiles a Somoza, y aspiran avanzar directamente al socialismo. (EEUWEN, 1994, p. 178)

A Tendência Insurrecional, por sua vez, liderada por Daniel e Humberto Ortega, enfatizava a necessidade de se promover ataques no campo, mas também contra alvos específicos das cidades. Essa linha era a mais favorável a formação de uma aliança com as forças burguesas de oposição ao regime somozista. (ZIMMERMANN, 2002, p. 65). Os Terceiristas recrutavam militantes de diversas origens, incluindo pequenos burgueses e mesmo filhos da grande burguesia. Segundo Eeuwen:

Su política privilegia la concertación de un amplio frente nacional contra la dictadura y la alianza con las fuerzas progresistas de “todos los ciudadanos prendados de la libertad y la justicia”. Piensan que hasta entonces los dirigentes del Frente han subestimado las oportunidades que brinda la hostilidad generalizada al régimen. Por consiguiente, los “focos” deben continuar existiendo, pero no deben ocupar el centro de la lucha; al contrario, es necesario realizar una acción directa y generalizada para impulsar al pueblo a la sublevación. (1994, p. 178)

Dessa maneira, é a Tendência Insurrecional que promove as ofensivas de outubro de 1977, quando tenta tomar vários quartéis pelo país, assim como o assalto ao Palácio Nacional em agosto de 1978. Muitas dessas ações ocorrem sem a concordância das outras duas tendências, que as reprovam por incitar maior repressão por parte do governo. No entanto, o aprofundamento da crise política e econômica no país, bem como o aumento da insatisfação popular, levam os três núcleos a enfatizar a necessidade de reunificação do grupo. Em junho de 1978 as três tendências assinam acordos com o propósito de unificar a Frente que, segundo Daniel Ortega (REVISTA ALTERNATIVA, s/d *apud* LOS SANDINISTAS, 1979, p. 231), se constituem em três pontos fundamentais: impulsar em todos os organismos e militâncias uma política de unidade que vise acabar com o sectarismo, abandonando assim os ataques pessoais; formular conjuntamente as tarefas revolucionárias destinadas a provocar uma insurreição geral armada para derrubar a ditadura, e reunir as forças políticas e militares para conseguir neutralizar as manobras do regime, da burguesia e do imperialismo que, associados, buscavam uma saída reacionária para a crise. Além disso, as tendências propunham angariar o apoio de outras forças esquerdistas dispostas a derrubar o governo de Somoza.

Ainda em 1978, o Diretório Nacional da FSLN, naquela época composto por líderes da Tendência Insurrecional, lança o “Programa Sandinista” (LOS SANDINISTAS, 1979, p. 240 -257) no qual se propõe a adotar algumas medidas para constituir o que chama de “Governo Democrático e Popular”, sendo elas: a) confisco todas as propriedades dos Somoza, entre fazendas, bancos, fábricas e todo tipo de negócios; b) realização de uma revolução agrária, através da expropriação das terras dos Somoza, dos seus militares e cúmplices. Além disso, o Programa coloca que acabará com os latifúndios, as terras improdutivas e a especulação sobre o preço dos terrenos; c) mudança nas condições de trabalho no campo, fazendo com que haja serviço durante todo o ano e que ele seja bem remunerado; d) mudança nas condições de trabalho nas minas, através da nacionalização das minas em mãos de estrangeiros e participação dos mineiros em sua administração; e) transformação das relações de trabalho nas cidades, com novas leis trabalhistas, outra tabela de salário mínimo, respeito a dignidade humana e fim do desemprego; f) os professores receberão novo tratamento; g) os funcionários públicos receberão novo tratamento; h) livre organização sindical, além de garantir o direito de sindicalização dos trabalhadores urbanos e rurais, a Frente coloca que irá estimular a formação de sindicatos entre os trabalhadores para que eles possam defender suas conquistas e direitos; i) controle dos preços de artigos de primeira necessidade como alimentação, vestuário e medicamentos; j) transporte digno e eficiente; K) abastecimento de água e luz em todas as partes da Nicarágua através de um serviço que beneficie o povo; l) moradia digna como direito do povo: o governo sandinista construirá casas baratas para o povo e praças de esporte e parques em todos os bairros, além disso trabalhará para erradicar as moradias ilegais e controlará o preço dos aluguéis; m) saúde e bem estar como um direito do povo; n) educação gratuita e obrigatória para todos: o governo realizará, desde o início, campanhas para erradicar o analfabetismo e todas as escolas serão públicas; o) incorporação e desenvolvimento da costa atlântica, isto é, realização de um programa de emergência para integrar a costa e os índios mesquitos e sumos ao restante da Nicarágua, construindo escolas, hospitais, habitações e transporte eficiente por água e terra. Além disso, criar fontes permanentes de trabalho tendo por base os recursos naturais: pesca, madeira, minas e agricultura; p) defesa dos recursos naturais: nacionalização de todas as minas e das indústrias de madeira, plantio de espécies nas zonas desmatadas para proteger as fontes de água, controle da pesca; q) atuação dos bancos em prol do desenvolvimento popular e proibição da fuga de dinheiro; r) desaparecimento de todo o tipo de crime organizado; s) combate a delinquência; s) fim da tortura e do assassinato político; t) gozo de liberdades democráticas: todos terão direito de expressar suas opiniões e ninguém será perseguido por elas, direito de organização política e religiosa, todos os exilados políticos serão chamados para voltarem à sua pátria; t) luta para acabar com discriminação contra as mulheres; u) livres relações estrangeiras; u) formação de um novo exército nacional, sendo que os soldados e oficiais que

colaborarem com a FSLN terão o direito de participar do exército; v) os heróis e mártires da luta por libertação permanecerão na memória do povo e seus filhos serão educados por conta do Estado.

De acordo com Matilde Zimmermann (2002, p. 80-81) apesar desse programa utilizar parte do Programa Histórico de 1969, ele apresenta algumas mudanças fundamentais. Em primeiro lugar, abandona o termo “revolucionário” e adota “Governo Democrático e Popular, e propõem apenas a nacionalização das propriedades em nome dos Somoza e uma reforma agrária vaga e limitada. Infelizmente não tivemos acesso ao Programa Histórico, mas o Programa Sandinista coloca também a nacionalização das minas e madeiras em de propriedade de estrangeiros, mas o tópico sobre reforma agrária é realmente impreciso e reduzido, como o é na verdade todo o documento. A autora aponta ainda que o primeiro programa comprometia-se com a solidariedade em relação aos povos do Terceiro Mundo contra o imperialismo, apoiava a retirada das bases militares dos Estados Unidos pelo mundo e se posicionava a favor dos negros norte-americanos na luta contra o racismo. Já a versão de 1978 não menciona o imperialismo, mas trata de estabelecer livres relações com todo o mundo. Ainda segundo Zimmermann os novos documentos dos Terceiristas ignoravam “[...] a “odiosa discriminação” sofrida pelos índios miskito, sumo e pelos negros.” (2002, p. 81). O que vimos no Programa Sandinista foram menções a trabalhos para incorporar esses indígenas da costa Atlântica ao restante do país, como citado anteriormente, mas realmente não há nada no Programa que diz respeito a população negra.

É certo que apesar do título “Programa Sandinista” a Frente ainda se encontrava fragmentada em 1978 e o Diretório Nacional representava apenas os Terceiristas, cuja orientação, como já foi mencionado, buscava a formação de uma aliança com todas as forças anti-somozistas. Talvez por esse motivo o segundo programa seja mais brando e conciliatório do que o primeiro. Ainda de acordo com Zimmermann, o “Programa Sandinista” e a “Plataforma Geral” de 1977 – ambos documentos terceiristas – não chegaram a circular pela Nicarágua e não refletem as ideologias do grupo durante toda a sua trajetória política.

Em março de 1979 as três tendências finalmente conseguem efetivar a reunificação. Pouco tempo depois, o grupo que forma o Governo Provisório de Reconstrução Nacional – composto por Sérgio Ramirez (Grupo dos Doze), Daniel Ortega (FSLN), Alfonso Robelo (Frente Ampla de Oposição) e Violeta Chamorro –, publica um texto no qual explicita os princípios de economia mista, pluralismo político e não-alinhamento (EEUWEN, 1994, p. 180). Nas palavras do autor:

Definido como “compromiso patriótico”, el texto afirma que el objetivo será la instauración de una democracia política, económica y social “efectiva”, es decir, empeñada ante todo en lograr la justicia y el progreso social y basada en la más amplia participación de todos los ciudadanos mediante el respecto al sufragio universal. Al cabo de una etapa transitoria de reconstrucción se realizarán elecciones. Se respetará el pluralismo “sin discriminación ideológica” y sólo quedarán excluidos del juego político los partidos y las agrupaciones partidarios del somocismo. (1994, p. 180)

O referido “Compromisso Patriótico” reflete o posicionamento adotado pela Frente Sandinista para conseguir conduzir a revolução. Entre os sandinistas há uma ênfase na defesa das liberdades democráticas, através da livre organização política em sindicatos, cooperativas e associações comunais, bem como da livre expressão de idéias e comprometimento com o pluripartidarismo e o sufrágio universal. No entanto, a FSLN tinha uma concepção mais ampla de democracia:

Para el Frente Sandinista la democracia no se mide únicamente en el terreno político y no se reduce solamente a la participación del pueblo en las elecciones... Democracia [...] significa participación del pueblo en los asuntos políticos, económicos, sociales y culturales. Mientras más tome parte el pueblo en esa materia será más democrático. [...] La democracia se inicia en el orden económico, cuando las desigualdades sociales principian a debilitarse, cuando los trabajadores, los campesinos, mejoran sus niveles de vida. [...]

Una vez logrados estos objetivos, de inmediato extiende a outros terrenos: se amplía al campo del gobierno; cuando el pueblo influye sobre su gobierno, cuando el pueblo determina a su gobierno, le guste a quien le guste.

[...] en una fase más avanzada, democracia significa participación de los trabajadores en la dirección de las fábricas, haciendas, cooperativas y centros culturales. En síntesis, democracia es intervención de las masas en todos los aspectos de la vida social. (FSLN, 1980 *apud* VILAS, 1984, p. 360)

Além dos objetivos já citados da Revolução Sandinista: libertação do país frente ao imperialismo; a libertação dos homens frente a opressão classista e dos cidadãos diante do governo tirânico, isto é, a democratização do Estado, Carlos Vilas (1984, p. 11) acrescenta o desenvolvimento social que, junto aos primeiros, constitui os fundamentos básicos dos processos revolucionários em sociedades dependentes.

Após o triunfo da revolução seria necessário mantê-la através da reconstrução do país, e, nesse ponto, os sandinistas acabaram optando pela participação da burguesia nesse processo. Daí surge a alternativa de adotar um sistema de economia mista na qual se conjugariam as áreas de

propriedade do povo com as áreas privadas. (VILAS, 1984, p. 249) e o Estado manteria assim tanto as pequenas como grandes propriedades, com a condição de que fossem produtivas. O projeto sandinista não falava em socialização dos meios de produção, a não ser daqueles que fossem propriedade da família Somoza, as quais se transformariam nas áreas de propriedade do povo. A idéia era reconstruir o país e, para isso, a FSLN esperava contar com o respaldo moral e econômico das classes burguesas, para depois aprofundar o processo revolucionário através de um processo político-ideológico orientado pelas vanguardas. Segundo Vilas:

El nivel y la continuidad de la lucha, la capacidad de aglutinar las fuerzas del campo nacional- popular, e incluso de sumar a éste elementos subordinados del bloque dominante – por lo tanto, la eventualidad de un desplazamiento político-ideológico de tales elementos por encima de su situación estructural de clases – etc. , son todos aspectos que dependen de la efectiva conducción política del proceso por la clase obrera organizada como vanguardia. (1984, p.37)

Lygia Rodrigues (1996) acredita que a FSLN formulou uma plataforma ampla e flexível para apartar as diferenças entre as classes, sintetizando as causas comuns de libertação nacional. Ocorre que as funções políticas da revolução se entrelaçaram à emancipação dos setores explorados e oprimidos da sociedade (RODRIGUES, 1996, p. 365). A luta dos sandinistas adquire caráter cada vez mais popular, devendo a construção do Estado democrático assentar-se sobre a base dos trabalhadores, sejam eles do campo ou das cidades. Os objetivos sandinistas seriam ao mesmo tempo democráticos e socialistas, garantindo assim a particularidade dessa revolução.

Assim, o ideal de libertação nacional que sustentou o movimento revolucionário associa-se à conquista de um espaço nacional próprio, à independência nacional real e efetiva, como coloca José Aricó (1987, 420). Aliás, para o autor, as lutas que as classes populares empreenderam para conquistar um espaço “nacional” e “continental” próprio e conquistar a independência, são elementos de uma matriz única que conformaria o próprio conceito de América Latina. (ARICÓ, 1987, p. 420) Dessa maneira, as lutas por libertação fazem parte da história e cultura política do continente. E como em dado momento houve uma identificação entre imperialismo, capitalismo e dominação oligárquica interna, pode-se sugerir que na ideia de libertação nacional, estão imbricadas, mesmo que de maneira imprecisa, as formas de libertação do homem e da população oprimida, o que muitas vezes apareceu no discurso nacionalista das esquerdas, vinculado aos projetos socialistas. A revolução nicaraguense também persistiu esses ideais em seu projeto de construir uma nova nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra a que se submeteu a população da Nicarágua em nome da queda do governo de Anastacio Somoza Debayle – mais um representante da dinastia que há mais de 40 anos dominava o país – e do que chamavam liberdade da pátria, nos mostram a disposição, principalmente da juventude pauperizada latino-americana, em lutar por um outro destino. O lema “Patria libre o Morir” foi seriamente seguido por aqueles jovens que dispuseram suas vidas diante da promessa do fim da miséria, do fim da opressão.

O que se viu na Nicarágua foram décadas de autoritarismo, pobreza, corrupção, seguidos por sangrentas insurreições conduzidas por um sonho socialista, não se restringiu àquele pequeno país. A América Latina viveu muito assolada por essa realidade e pela interferência, muitas vezes direta, dos Estados Unidos em todos os campos sociais imagináveis: assuntos políticos internos, economia, diversos aspectos culturais, entre outros.

O ideal de libertação nacional intimamente ligado a outro de libertação social motivou muitas guerras ao longo do século XX no que chamavam Terceiro Mundo. A Revolução Sandinista foi uma delas. Fatores como um regime interno tirânico que conduz o país de maneira alheia ao povo, a superexploração do trabalho e o entreguismo nas relações externas – associados – são vistos pela esquerda como causa da insatisfação popular.

Neste trabalho buscamos analisar o caso nicaragüense e os ideais defendidos pela Frente Sandinista de Libertação Nacional durante a Revolução de 1979. Contudo, como comumente nos revela a interpretação histórica, os problemas enfrentados pela população não eram novos. Neste caso, temos o exemplo objetivo de Augusto César Sandino que, entre fins da década de 20 e início dos anos 30, empreendeu juntamente com seu exército uma luta pela expulsão dos invasores norte-americanos e pela sanidade da vida política do seu país. Muitos dos envolvidos nessa batalha morreram sem que a Nicarágua se tornasse propriamente uma nação soberana, mas eles ressurgiram como símbolos e impulsionaram uma nova geração de homens e mulheres dispostos a guerrear pela efetivação desses propósitos. Hoje são os sandinistas que inspiram outros jovens a lutarem por sonhos semelhantes.

A pesquisa que empreendemos respondeu algumas questões. Pensamos que pelo próprio percurso histórico do subcontinente, o pensamento socialista incorporou a crítica à dominação externa e ao vínculo que as classes dominantes estabeleceram com o imperialismo. Por esse motivo estão associadas às libertações pelas quais homens e mulheres devem lutar. Primeiro está a necessidade da insurgência contra o governo que mantém o sistema, esse é um passo para a conquista de novas relações internacionais que possam garantir a soberania nacional. Daí então se torna possível trabalhar para a construção de uma realidade socialmente mais justa.

No entanto, a escassez de fontes disponíveis, bem como as próprias imprecisões e variações no âmbito da longa trajetória política dos sandinistas, nos trouxe dificuldades para interpretar o que

chamamos matrizes político-ideológicas do movimento. É preciso aprofundar as investigações nesse aspecto.

Além disso, como a luta por libertação nacional no âmbito da esquerda não se restringiu à Nicarágua, seria interessante, num próximo estudo, ampliar a análise para outros movimentos políticos latino-americanos que compartilhavam esse ideal, isto é, comparar as plataformas políticas de diferentes movimentos que carregavam essa bandeira. Talvez a análise pudesse se servir, inclusive, de organizações de diferentes contextos históricos. Uma pesquisa dessa amplitude poderia avaliar a presença do componente libertação nacional na cultura política socialista que se forjou na América Latina.

REFERÊNCIAS

- AGUDELO, Carlos. Prólogo. IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes de Gabriel García Marquéz*. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 7-13
- AMADOR, C. F. "Nicarágua Hora H". *Tricontinental*, n.12, Havana, 1969, p. 32-33, 40-41. IN: LOWY, M.(org) *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo. 2006, 585 p.
- ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. IN: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha (orgs). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008. p. 247-273
- ARENDT, Hannah. Imperialismo. IN: *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo. Companhia das Letras. Tradução: Roberto Raposo. 6 edição. 2006. P. 147-338
- ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. IN: HOBBSBAWM, Eric J. *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Vol. VIII. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 419-459
- AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico* In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº28, dez. 2002, pp. 39-54.
- BEIRED, José Luís Bendicho. "Revolução e Cultura Política na América Latina". In: DAYRELL, Eliane Garcindo & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996 (Col. "América: raízes e trajetórias", 4)
- BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política" In: RIOUX e SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 345-363.
- BORNHEIM, Gerd. As medidas da liberdade. IN: NOVAES, Adauto (org). "O avesso da liberdade". São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 41-57
- CASANOVA, Pablo González. *História contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação*. São Paulo: Edições Vértice, 1987. 226 p.
- CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CLAUDÍN, Fernando. A experiência colonial. IN: SANTIAGO, Theo. (org) *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 1977. p. 11-36
- COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre*

revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005), Belo Horizonte: Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História (FAFICH - UFMG), 2009.

DAYRELL, Eliane Garcindo; IOKOI, Zilda Marcia Gricoli. *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. 3 edición. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 325 p.

EEUWEN, Daniel Van. Nicaragua. IN: ROUQUIÉ, Alain. (coord.) *Las fuerzas políticas en América Central*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 174-231.

FARJADO, José. Quienes son los sandinistas? IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes de Gabriel García Marquéz*. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 16-28

FONSECA, Carlos. *Sandino: guerrilheiro proletário*. IN: www.fsln-nicaragua.com, s/d. Acessado em 02/08/2010

GONZÁLEZ, E. Romero. Libertação. IN: VILLA, Mariano Moreno (org) *Dicionário do pensamento contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2000. 449-453.

GUEVARA, Ernesto. *Obras de Che Guevara: estudos políticos*. São Paulo: Centro Latino Americano, 1980.

_____. Crítica a via pacífica. IN: GUEVARA, Ernesto; SADER, Eder. *E. Che Guevara: política*. São Paulo: Ática, 1981, p. 55-57

_____. Essência da luta guerrilheira. IN: GUEVARA, Ernesto; SADER, Eder. *E. Che Guevara: política*. São Paulo: Ática, 1981, p. 58-63

_____. Início, desenvolvimento e fim da guerra de guerrilhas. IN: GUEVARA, Ernesto; SADER, Eder. *E. Che Guevara: política*. São Paulo: Ática, 1981, p. 64-66

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 598 p.

IANNI, Octávio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993. 142 p.

INVERNIZZI, Gabriele; CEBÉRIO, Jesús; PISANI, Francis. *Sandinistas: entrevista com Bayardo Arce, Humerto Ortega, Jaime Wheelock, comandantes da Revolução, membros da Comissão Política da Direção Nacional da Frente*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 149 p.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 2ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1982, 127 p.

LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana. IN: SANTIAGO, Theo. (org) *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 1977. P. 37-59

LOS SANDINISTAS: documentos, reportajes de Gabriel García Marquéz. Bogotá: Oveja Negra, 1979. 288 p.

- MANIFESTO del Frente Sandinista de Liberación Nacional. 1978. IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes de Gabriel García Marquéz*. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 100- 210
- MARÉS, Carlos Frederico. A liberdade e outros direitos. IN: NOVAES, Adauto (org). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 265-277
- MARIÁTEGUI, José Carlos; BELLOTTO, Manuel Lelo; CORREIA, Ana Maria Martinez. *José Carlos Mariátegui: política*. São Paulo: Ática, 1982. p. 77-210
- MÁRQUEZ, Gabriel García. Cronica del asalto a la “Casa de los Chanchos”. IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes de Gabriel García Marquéz*. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 29-48
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A história política e o conceito de cultura política* in: LPH: Revista de História, nº 6, Mariana, 1996, pp. 83-91.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- NOVAES, Adauto. O risco da ilusão. IN: NOVAES, Adauto (org). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 7-14
- OPPENHEIM, Felix E. Liberdade. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13ª ed. Brasília: UnB, 2007. p. 708-713 Volume 2.
- PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad: postdata y vulva a el laberinto de la soledad*. México: Fondo de Cultura Economica, 2004. p. 1-162.
- PETTIT, Philip. Discurso ante la libertad positiva y la libertad negativa. IN: PETTIT, Philip. *Republicanism*. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 35-73
- PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. IN: HOBBSAWM, Eric (org) *História do Marxismo: o marxismo hoje*. Vol. 11. São Paulo: Paz e Terra., 1982, p. 333- 357
- PORTOCARRERO, Amaru; VALIENTE, Mario Salazar. Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*. Brasília: Ed. da UnB, 3 vol., 1990.
- PROGRAMA Sandinista. 1978. IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes de Gabriel García Marquéz*. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 243-257
- REMÓND, René. Uma história presente: IN: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 13-36
- _____. Uma história presente: IN: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 441- 454
- REVISTA Alternativa. Habla el Frente Sandinista: cada dia somos más fuertes, 1978. IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes de Gabriel García Marquéz*. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 99-122

_____. La reunificación del FSLN com las tendencias Guerra Popular Prolongada y Tendencia Proletaria. s/d IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes* de Gabriel García Marquéz. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 210-241

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 527 p.

RODRIGUES, Lygia. O sandinismo e a revolução nacional e democrática na Nicarágua. In: DAYRELL, Eliane Garcindo & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996 (Col. "América: raízes e trajetórias", 4), p. 361-375.

SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992.

TERRAY, Emmanuel. O conceito de nação e as transformações do capitalismo. IN: SANTIAGO, Theo. (org) *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 1977. p.141-152

TESTIMONIOS DE LA INSURRECCIÓN, 1978 IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes* de Gabriel García Marquéz. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 61-97

TORRES, Ignacio Briones. Momimbó rebelde. IN: *Los Sandinistas: documentos, reportajes* de Gabriel García Marquéz. Bogotá: Oveja Negra, 1979. p. 49-59

VALIENTE, Mario Salazar. Nicarágua: os últimos anos. IN: CASANOVA, Pablo González. *América Latina: história de meio século*. Vol. 3. Brasília: UnB, 1990. p. 271-293.

VAN EEUWEN, Daniel. Nicarágua. IN: ROUQUIÉ, Alain. (coord.) *Las fuerzas políticas en América Central*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 174-231.

ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaragüense*. São Paulo: Unesp, 2002. 156 p.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. IN: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 271-294

WOLFF, Francis. A invenção materialista da liberdade. In: NOVAES, Adauto. *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 15-40